



SÚMULA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA CD-CAU/SP

DATA	21 de maio de 2024	HORÁRIO	09h00 às 18h00
LOCAL	Sede do CAU/SP		

MEMBROS	Camila Moreno de Camargo	Presidente
	Andreia de Almeida Ortolani	Vice-presidente
	Samira Rodrigues de Araujo Batista	Coordenadora CATHIS-CAU/SP
	Paula Rodrigues de Andrade	Coordenadora CCom-CAU/SP
	Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza	Coordenador CED-CAU/SP
	Viviane Manzione Rubio	Coordenadora CEF-CAU/SP
	Roberto Carlos Spina	Coordenador Adjunto CEP-CAU/SP
	Eduardo Salgado Marconi	Coordenador CF-CAU/SP
	Hainra Asabi Alves Costa	Coordenadora COA-CAU/SP
	Melyssa Maila de Lima Santos	Coordenadora CPAF-CAU/SP
	André Gonçalves dos Ramos	Coordenador CPFi-CAU/SP
	Rafael Paulo Ambrosio	Coordenador CRI-CAU/SP
COORDENADORES ADJUNTOS	Tatiana Reis Pimenta	Coordenadora Adjunta CATHIS-CAU/SP
	Adriana Bighetti Cristofani	Coordenadora Adjunta CCom-CAU/SP
	Ricardo Aguillar da Silva	Coordenador Adjunto CED-CAU/SP
	Clarissa Duarte de Castro Souza	Coordenadora Adjunta CEF-CAU/SP
	Amanda Rosin de Oliveira	Coordenadora Adjunta COA-CAU/SP
	Nadir Moreira da Silva	Coordenadora Adjunta CPAF-CAU/SP
	Aline Alves Anhesim	Coordenadora Adjunta CPFi-CAU/SP
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS	Renata Ballone	Coordenadora CEP-CAU/SP
	Nallígia Tavares de Oliveira Tavares	Coordenadora Adjunta CF-CAU/SP
	Vera Lúcia Blat Migliorini	Coordenadora Adjunta CRI-CAU/SP
ASSESSORIA	Carolina Guimarães Motta Silva	Secretária Geral dos Órgãos Colegiados
	André Ferreira de Magalhães	Supervisor de Suporte aos Órgãos Colegiados

FUNCIONÁRIOS PRESENTES	Adriana Palheta Cardoso	Chefe de gabinete
	Karina Veglione	Gerente financeira
	Ricardo Martins Sartori	Assessor Chefe Jurídico
	Maria Ines Ferreira	Assessora da Vice-Presidência
	Leonel de Arruda Machado Luz	Assessor de Relações Parlamentares
	Joyce Reis Ferreira da Silva	Assessora de Relações Institucionais
	Márcio Santos Lima	Auditor de Controles Internos

COMUNICADOS

Responsável	Melyssa Maila de Lima Santos - CPAF-CAU/SP
Comunicado	<p>A Comissão está analisando onde a CPAF se encaixa dentro dos programas do Planejamento Estratégico. Fez uma reunião com o Instituto Cambará, descrevendo o plano de trabalho do ACT. Também realizou reuniões com os organizadores da Casacor, que convidou a comissão para ministrar palestra. Houve reunião com representantes da USP para um seminário que ocorrerá junto com a Harvard.</p> <p>A CPAF foi convidada pela CPAF/BR para participar do Encontro Nacional de Produção de Políticas Afirmativas, que vai ocorrer dia 3 e 4 de junho em Brasília.</p>

Responsável	Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza - CED-CAU/SP
Comunicado	<p>Informou que está em contato com a CEP e CF para realização de um seminário conjunto para sanar uma série de questões relacionadas ao exercício profissional, convidando todos Conselheiros e Funcionários que desejarem participar.</p> <p>Informou também que em junho será realizado um Evento Nacional de Ética do CAU/BR, na Paraíba, onde a CED-CAU/SP apresentará a comparação com outros estados.</p> <p>Sugeriu um artigo na Revista Móbile conscientizando os profissionais, para que não sejam gerados tantos processos éticos.</p>

Responsável	Camila Moreno Camargo Presidente CAU/SP
Comunicado	<p>Informou que representará o CAU/SP em uma missão diplomática em Cabo Verde no mês de julho. A ideia é que o governo nacional contribua na construção de uma política nacional de habitação no país.</p> <p>O CAU/SP está em contato com o CAU/RS no sentido de apoio na reconstrução das áreas afetadas pelas fortes chuvas que castigaram o estado.</p>

ORDEM DO DIA

1	Atualização e avanços: Reprogramação Orçamentária
Fonte	CPFi
Relator	Gerente Financeiro Karina Veglione
Encaminhamento	Foram apresentadas as diretrizes da Reprogramação Orçamentária, seguida das contribuições dos membros inscritos.
2	Atualização Conferência Estadual e Municipal das Cidades
Fonte	Presidência
Relator	Presidente Camila Moreno de Camargo junto a assessores Joyce Reis e Leonel Arruda
Encaminhamento	<p>O Assessor de Relações parlamentares Leonel Arruda iniciou a apresentação do item .</p> <p>A Vice-Presidente solicitou a palavra, questionando o fato da reunião ter sido iniciada sem a presença da Presidente. Após ser informada que a Presidente estava em outra reunião com Conselheiras do CAU/BR, solicitando que fosse iniciada a apresentação, a Vice-Presidente informou que a reunião deveria ser iniciada pela Vice-Presidente e exigiu que a Presidente fosse falar com ela sobre essa situação.</p> <p>Solicitou consulta jurídica, sendo informada pelo Assessor Jurídico Ricardo Sartori que, considerando que a Presidente ainda estava presente no CAU, não havia nenhum impedimento da continuidade da reunião, visto que se trata de item de pauta não deliberativo.</p> <p>O Conselheiro Ricardo Aguilar sugeriu então que a Vice-Presidente conduza a reunião, até o retorno da Presidente.</p> <p>Segundo a Vice-Presidente "é um desrespeito da nossa presidenta fazer uma coisa dessa, pedir pra um funcionário tocar uma reunião, sabendo que eu estou presente aqui na instituição."</p> <p>A Conselheira Amanda Rosin sugeriu, como questão de ordem que a sugestão do Conselheiro Ricardo fosse acatada.</p> <p>A Vice-Presidente novamente informou que há uma hierarquia solicitou que constasse em sumula que a Conselheira Amanda "desrespeitou a hierarquia do Conselho".</p> <p>A Conselheira Clarissa Souza salientou que não vê desrespeito por parte da Conselheira Amanda porque o Conselheiro Ricardo fez uma sugestão da reunião continuar com a vice-presidente tocando a reunião, sem resposta no momento. A Conselheira Amanda apenas fez a pergunta se a sugestão do Conselheiro Ricardo seria acatada.</p> <p>Após a discussão, a apresentação foi retomada.</p> <p>Ao final da apresentação, a Presidente retornou à reunião.</p> <p>A Vice-Presidente solicitou que fosse registrado o que consta no Art. 170 do Regimento Interno "</p> <p><i>Art. 170. O presidente será substituído nas suas faltas, impedimentos e licenças pelo vice-presidente, no exercício de seu cargo.</i></p> <p><i>§1º Na ausência do presidente e/ou do vice-presidente, assumem os trabalhos um dos coordenadores de Comissão membro do Conselho Diretor, de acordo com a conveniência e por decisão do presidente;</i></p>
3	Atualização: Fórum e Encontro Temático CEF-CAU/UF Fórum de Presidentes

Fonte	Presidência
Relator	Presidente Camila Moreno de Camargo
Encaminhamento	<p>A Presidente comentou que 5 Conselheiras Federais pediram pra fazer uma visita de cortesia, sendo que o bom senso institucional, exige atender o pedido de 5 conselheiras federais, que mandaram um abraço pra todo o Conselho-Diretor do CAU/SP.</p> <p>Em seguida, a Presidente apresentou a Pauta do Fórum de Presidentes.</p> <p>A Vice Presidente fez a seguinte fala:</p> <p><i>"Primeiro eu queria parabenizar a Camila pela organização do Fórum dos Presidentes, realmente é um encontro importante pra todos os CAU's do Brasil, um momento de confraternização e de interação para todos que estão envolvidos nesse processo. Como o CAU é o anfitrião do evento, eu queria saber por que que a vice-presidente não foi convidada para as recepções dos eventos, porque eu faço parte da alta gestão do Conselho. Aproveitando, eu gostaria também de dizer que a gestão do CAU não está dando lugar de fala à vice-presidência. Até agora a presidente não efetivou a Portaria, né, diferente de todos os outros vice-presidentes que já passaram pela nossa instituição. Bom, como uma mulher preta, sinto que está havendo um cancelamento proposital e que isso é muito perigoso, porque até agora isso pode configurar um suposto racismo estrutural. Todos sabem que é comum elegerem mulheres pretas para determinados cargos somente para preencher cotas. Depois de eleitas essas mulheres são totalmente isoladas, colocada de lado, desvalorizadas, apagadas. Negar a humanidade da população negra é um projeto político também forjado na naturalização de uma suposta invisibilidade e normatização do imaginário de que pessoas negras são inferiores ou subalternizadas. O discurso que pessoas negras são indivíduos que devem ser temidos, e por isso sujeito a repressão, está em vários setores da nossa sociedade, assim como o medo que corrobora e incentiva a violência, a tortura, as prisões e os genocídios. E é esse estereótipo criado no período pós-abolicionista que segue perpetuando nas mais diversas esferas, a lógica de exclusão e, conseqüentemente, do extermínio da população negra brasileira. O racismo produz violência física e simbólica e esse é o tema de um artigo que fala do racismo sofrido por arquitetos e arquitetas e urbanista pretos e pretas, supostamente censurado pelo Conselho Editorial da Revista Móbile. Se foi censura ou não, o que vai definir é o nosso departamento jurídico, para quem pretendo encaminhar o caso, já que já solicitei a inclusão do artigo e uma manifestação do Conselho Editorial, que sequer me responderam. Mais uma vez, a vice-presidente foi ignorada, como fui ignorada hoje nessa sessão ordinária do Conselho, que é do CD. Aproveitando pra solicitar aos senhores e senhoras Conselheiras com atitudes que, supostamente, posso configurar racismo, que é um crime previsto na legislação brasileira, acredito que um órgão tão importante como CAU/SP não deve agir dessa forma. Primeiramente, eu gostaria que a senhora presidente me respondesse por que que eu não fui incluída nas recepções e nos eventos que acontecerão nessa semana inteira do Conselho, sediado aqui na nossa casa? Obrigada."</i></p> <p>A Presidente por sua vez informou que a Vice-Presidente não foi convocada pois a organização foi do CAU/BR, devolvendo a pergunta questionando se a Vice-Presidente está acusando o CAU/SP de racismo.</p>

4	Avanços Ciclo de Debates Projetos e Planos em Áreas Centrais
Fonte	Presidência
Relator	Presidente Camila Moreno de Camargo

Encaminhamento	<p>Foram apresentadas as atualizações sobre o tema.</p> <p>informou que o CAU em conjunto com o IAB realizou um Ciclo de Debates, realizado nos dias 30/04, 04/05 e 09/05 sobre o assunto.</p> <p>A Conselheira Samira Batista ressaltou que o CAU deve se manifestar sobre o assunto, e que deve ser uma ação imediata, pois pode perder a oportunidade.</p> <p>Foi emitida a Deliberação nº 016/2024-CD-CAU/SP – Posicionamento do CAU/S referente ao Ciclo de debates, projetos e planos em áreas centrais</p>
----------------	--

5	Pauta da 5ª Reunião Plenária Ordinária
Fonte	Presidência
Relator	Presidente Camila Moreno de Camargo
Encaminhamento	Deliberação nº 017/2024-CD-CAU/SP – Pauta da 5ª reunião plenária ordinária de CAU/SP – Gestão 2024-2026



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO, Presidente CAU/SP**, em 11/12/2024, às 14:27 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **C7E2FA74** e informando o identificador **0255629**.

Rua Quinze de Novembro, 194 7º andar | CEP 01013-000 - São Paulo/SP
www.causp.gov.br

00179.002278/2024-65

0255629v9

DEGRAVAÇÃO

5ª RO CD (21.05.2024) Parte 1

PARTICIPANTES NÃO IDENTIFICADOS/NÃO SE APRESENTARAM

Vozes masculinas: M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8 e M9

Vozes femininas: F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7 e F8

TEMPO DE GRAVAÇÃO

2 horas, 38 minutos e 27 segundos (1 arquivo de mídia)

LEGENDA

[inint 0:00:00] – palavra ou trecho sem compreensão.

(descontinuidade)... - trecho de fala interrompida por parte do locutor.

[Intervenção fora do microfone] - trecho de fala reproduzido longe do alcance do microfone.

_____ (0:00:00) – palavra não compreendida (sublinhada), provável entendimento desta.

INÍCIO

ARQUIVO/VÍDEO: 5ª RO CD (21.05.2024) Parte 1 = 2:38:27

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Tudo bom. A gente tem súmula pra aprovar? Não? Tá acumulando, hein. Daqui a pouco tem umas 10 pra fazer. Vamos lá. A hora que os conselheiros pararem de pedir reunião, o André faz a súmula pra gente aprovar, porque nesse momento ele só faz convocações. Então vamos lá, né. Comunicações. Eu vou começar... pode ser, Mel, a gente faz assim? Então vamos lá. A Mel, CPAF.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) - Bom dia. Vou começar contando então que a gente teve a nossa reunião ordinária na primeira semana aí do mês. A nossa reunião foi bem produtiva, a gente conseguiu avançar nas pautas de atualizar os conselheiros em relação aos programas, tiramos dúvidas, então o pessoal tá bem... as meninas da comissão estavam bem interessadas em como seriam preenchidas as fichas, então a gente deu uma olhada aonde a CPAF estava em todos os programas. Analisamos todas as propostas que estavam e que cabiam à CPAF e como elas entrariam ali em cada programa. Então a gente fazia essa passagem. Também tivemos esse mês algumas reuniões fora da reunião ordinária, com o Instituto Cambará, de arquitetura afro-brasileira, a qual a gente tá trabalhando e escrevendo o plano de trabalho que será feito, né, pelo acordo de cooperação entre o CAU e o Instituto Cambará. A gente já teve duas reuniões, a gente tá produzindo esse material, a Isa tá ajudando muito. E na última reunião também tivemos o Antônio que ajudou muito aí na... contribuiu bastante explicando como que, pra gente viabilizar o nosso plano. As reuniões têm sido muito boas. Também tivemos reunião com o pessoal da Casa Cor, a qual a CPAF contribuiu na elaboração de um plano que a Casa Cor pediu pra gente, né, de palestras pra ver nessa apresentação, nessa edição. (inint 0:02:28). Dessa reunião da Casa Cor saiu um convite também pra gente participar, então no sábado agora eu estive na abertura aí da pré-estreia, né, da Casa Cor, que também foi muito bom. Passei lá em todos os ambientes.

Tivemos... eu também estive em Araras, na última quarta-feira, falando sobre racismo ambiental. Foi suado esse mês. Estive na cidade de Araras falando sobre racismo ambiental, foi muito bom. Tava com receio, né, de como pautar esse tema lá na cidade, mas fui bem recebida por um Quilombo que tem lá na região, então foi uma pauta, foi, contribuiu bastante, foi a primeira conferência da... a primeira cidade a fazer a Conferência das Cidades. Então foi bem importante, tava o pessoal do governo federal, Secretarias das Cidades. Bom, pegar aqui o caderninho. Também tivemos... tivemos um convite também do pessoal da USP, pra ajudar a contribuir com um seminário que vai acontecer junto com Harvard, sobre (inint 0:03:49). Fora isso, (inint 0:04:21). A CPAF também separou duas pessoas pra ajudar, (inint 0:04:35). Participei do processo seletivo do edital de qualificação (inint 0:05:01). Foi uma surpresa muito grande pra mim, esse processo, a gente, acho que a gente (inint 0:05:09), mas a gente teve apenas uma pessoa negra aprovada (inint 0:05:18) e uma pessoa, através de social, né, (inint 0:05:27) e tivemos uma pessoa da comunidade (inint 0:05:31). Acho que é importante (inint 0:05:35) de como a gente vai garantir o acesso desses arquitetos nesses programas, porque de 108 inscrições, sobraram três. Isso pra mim é muito complicado, foi difícil. Eu fiz (inint 0:05:56), mas fica o aprendizado pra gente conseguir construir editais que, de fato, garantam as (inint 0:06:17) e que a gente consiga pelo menos atingir o que a gente esperava pra essas vagas. A gente vai ter que procurar soluções alternativas pra conseguir atingir esse patamar (inint 0:06:28) pra mim também já é uma problemática. (inint 0:06:34). Ah, tá. Só a última coisa aqui. A CPAF/BR, eu esqueci. A CPAF/BR convidou a gente pro Encontro Nacional de Produção de Políticas Afirmativas, que vai ocorrer dia 3 e 4 de junho em Brasília, esse evento (inint 0:07:09).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Gilberto.

M1 - Bom dia. Sempre brinco que a gente não tem muito tempo de fazer (inint 0:13:28), além de relatar os processos. Porque pra vocês terem uma noção, a cada reunião que a gente faz são aprovados por nós que somos (inint 0:13:39) então não dá tempo de muita coisa. Mas de janeiro o que eu queria trazer, o que eu acho importante é o seguinte: (inint 0:13:53) visto a necessidade de uma (inint 0:13:58) entre a nossa comissão, a comissão de (inint 0:14:02) uma série de questões (inint 0:14:08) eu já trouxe até aqui essa informação, mas queria (inint 0:14:17) um seminário (inint 0:14:24) aqui do CAUS

São Paulo pro mês de julho, (inint 0:14:28) os conselhos de comissões de ética, fiscalização e exercício (inint 0:14:36) quem mais quiser participar, com os funcionários dessas comissões, com todos os fiscais, no sentido de a gente repassar esses processos. (inint 0:14:47) sanar (inint 0:14:49), a gente tem visto (inint 0:14:51) que os processos (inint 0:14:55) mais ágil e a gente consiga ver todas as (inint 0:15:02) necessariamente (inint 0:15:05) incorrer em erro. Cada erro que (inint 0:15:10) comete aqui, prejudica (inint 0:15:14) tomar muito cuidado (inint 0:15:18) de uma certa maneira trazer uma (inint 0:15:25). Nós teremos também em junho um evento nacional da ética do CAU/BR, na Paraíba, onde nós vamos estar presente também e levar um pouco a comparação aqui de São Paulo, em relação aos outros estados. O que nós relatamos em uma única reunião é mais do que os caras relatam em 1 ano. Então eu acho que é importante a gente ter essa comparação. Eu acho que valeria também, a gente tava comentando um pouco isso, uma matéria na Revista do CAU, comentando a preocupação acho que do Conselho, acho que é importante todos terem essa consciência é o seguinte: nunca nós tivemos tanto processo como nós estamos tendo ultimamente, tá. Isso denota que a sociedade tá encontrando no CAU um ponto de, como se diz, de apoio a essa (inint 0:16:43) de cara deu R\$ 170 mil reais de pena pra pagar. (inint 0:16:56) papel fundamental, então precisamos advertir aos arquitetos o problema que está sendo exercer a profissão (inint 0:17:05) de vários que eu conversei, isto vai aumentar, tá. Não tenho dúvida que isso vai aumentar (inint 0:17:36) aqui no Conselho uma maneira de olhar os problemas que sempre estão sendo (inint 0:17:41).

M2 - Parece que (inint 0:19:24) orçamento pra esse ano (inint 0:19:48) de políticas públicas das universidades que são receitas que serão necessárias consultas ao CAU/BR pra que a gente possa entender sobre a aprovação delas ou não. Também efetuamos uma análise de ingresso a este Conselho, oriundo de vaga de PCD extemporâneo, a gente comprovou na comissão e a gente disputa nesse momento a abertura de subcomissão pra que a gente possa entender, criar critérios, fazer (inint 0:20:26) mais clara. (inint 0:20:36).

M3 - Bom dia. Na reunião ordinária (inint 0:21:02) projeto, nós consideramos 3 agendas envolvendo as reuniões ordinárias (inint 0:21:20) atribuições. Reuniões extraordinárias

só pra trabalhar no projeto (inint 0:21:36), projetos transversais, (inint 0:21:40) pra elaboração (inint 0:21:44), buscou deixar bem objetivo assim. (inint 0:22:00).

M1 - Amanda, fala pela COA, por favor.

Sra. Amanda (Representante COA) - Bom dia a todas e todos. Faço a vez aqui da COA até que a Eva chegue. Na última reunião da COA a gente tratou, principalmente, sobre uma estratégia pra homologação do regimento interno, entendendo que ela (inint 0:22:56) nos cobrou, então a partir disso, uma agenda a ser tratada vai ser costurada com a coordenação, (inint 0:23:08) que estará aqui, então eu e a Eva participaremos. Além disso tratamos da (inint 0:23:13) do CAU/BR no CAU/BS, né, é uma matéria delicada, complicada, e que carecia também de apoio jurídico, enfim, embasamento jurídico e de metas e indicadores e, enfim, toda a estruturação. Então depois de manifestação jurídica, conversa e alinhamento, a gente (inint 0:23:34) estudado, aprimorado (inint 0:23:40). Além disso, em articulação com (inint 0:23:48) federal e com o presidente, né, a gente (inint 0:23:52) pactuado pra que não fosse comentado com a equipe do presidente (inint 0:23:58). E, por fim, a gente teve como resultado (inint 0:24:06) e aí a comissão formada por Ederson, Iara e (inint 0:24:44), duas reuniões virtuais, entregaram (inint 0:24:54) relatório (inint 0:24:57), a substituição foi feita (inint 0:25:08), entregou, aprimorou e daí já passou a deliberar. (inint 0:25:11). Então isso ficou 3 dias de reunião sendo relatado, discutido, integrado, enfim. O Antônio tomou conta disso, né, de coletar essas informações, principalmente, porque alguns colocavam, muitas vezes, como urgência, de querer caçar uma brecha no edital, querer caçar alguma coisa que pudesse (inint 0:26:21), mas não é a condição a ser colocada, enfim. O edital tá ali, enrijecido e da forma que tem que ser, porém a gente enxerga que isso deve ser ampliado ao ser tratado de uma outra forma. Então acho que pra (inint 0:26:35) até me abordou, né, tipo: “E aí, que que deu”, né. “Olha, tem muita coisa, né, não é uma simples troca que acho que a gente pode redesenhar (0:26:42) isso pra uma segunda edição”. E, por hora, é isso. Eu acho que como o debate do IAB também, no qual eu estive presente, a gente pode realmente (inint 0:26:52), tá. Obrigada.

M4 - Bom dia a todas e todos. Bom, durante essas últimas semanas a comissão de relações institucionais, no âmbito da comissão a gente quer, criou uma subcomissão pra realizar um trabalho curto de 3 reuniões pra trabalhar na portaria da política (inint

0:27:21) no formato e nos conteúdos, de maneira que os interessados solicitam o apoio institucional (inint 0:27:59) muito mais detalhado. A gente analisou e buscou assim todas as (inint 0:28:21). Seguindo aqui os trabalhos e agora em maio estive com a presidente, a coordenadora (inint 0:28:49) Brasília, Ministério do Meio Ambiente (inint 0:28:56), formalização de parceria pra (inint 0:29:08).

F1 - Definir a criação de duas (inint 0:31:25). E pra referir com relação à revista ainda, mês que vem, né, a gente já entra na fase (inint 0:32:00) já inicia, né, o chamamento pra (inint 0:32:05) dia 08 deve ter recebido pedido de indicação de conselheiro (inint 0:32:12). O prazo é, lembrando, o prazo é até 10 de junho, né, nossa primeira reunião (inint 0:32:19) é 20 de junho. Então, lembrando vocês esse prazo. E em relação ao (inint 0:32:26) é isso. Outra subcomissão que a gente criou foi a subcomissão (inint 0:32:32) e Comunicação Institucional (0:32:37), e é composto pela Luciana e pela Nancy, que estão aqui com a gente já na reunião. Elas já iniciaram um trabalho, é um trabalho que (inint 0:32:48) todas as comissões e (inint 0:32:50) do CAU, né. Nesse primeiro momento, tá sendo realizado um diagnóstico intensivo pras atividades das ações do plano e da geração, principalmente da geração de dados e indicadores que cada setor e cada comissão elabora. Então (inint 0:33:11) pra nossa semente de monitoramento iniciado (inint 0:33:19).

F2 - Bom dia. Bom, a Samira pediu pra eu passar os recados, né, os informes. Na Cathis, a gente trabalhou com a submissão do (inint 0:34:10), mas ainda é passível de alteração, né, então nós (inint 0:34:16) estamos revendo os valores. Trabalhamos junto com a Comissão de Políticas Afirmativas, da (inint 0:34:25). Temos também uma subcomissão de mapeamento. Esse mapeamento, ele começou na gestão passada, então nós já trabalhamos com mapeamento e nós tivemos uma reunião, Samira e eu, com o CAU/BR, pra entender como eles estão trabalhando o observatório de (inint 0:34:45), como isso pode se relacionar com o mapeamento (inint 0:34:50). Temos também uma conselheira que tá (inint 0:35:01) problemas de endereçamento. Então (inint 0:36:49) para todas as áreas. Eles querem começar com o estado de São Paulo, já firmaram uma parceria com o IBGE e com os Correios aqui do estado de São Paulo, pra que esse trabalho comece aqui. Que as áreas hoje, pra ela receber um CEP, ela precisa de regularização fundiária. Então a intenção é que não precise (inint 0:37:04), vielas, becos, tenham CEP. É. Eles não

falaram especial, mas, né, tá em construção ainda e também nós estamos estudando como a gente pode estar trabalhando (inint 0:37:18). E no Manual de Periferia, eles montaram um manual (inint 0:37:22) da periferia viva. Então tem uma entidade parceira, (inint 0:37:30) as entidades do terceiro setor, pra que elas entendessem (inint 0:37:40). Por último, também (inint 0:37:53), tá. (inint 0:38:02), né. Não é só assistência técnica, acho que teria que (inint 0:39:14).

M5 - (inint 0:39:45).

M6 - Surgiu de novo aquela discussão (inint 0:43:49).

M7 - Só uma questão, eu queria fazer (inint 0:45:51) as reuniões internacional representando (inint 0:46:00). Frequentemente em eleições para (inint 0:46:05), é importante a gente manter contato (inint 0:46:11) no sentido de verificar qual que é o melhor candidato pra gente votar. Lembrando que a presidente atual foi eleita contra uma posição aqui de São Paulo, então era importante a gente ter uma articulação política das nossas comissões quando participar dessas comissões ampliadas, a nível de Brasil, pra gente ter colegas próximos coordenando essas comissões. (inint 0:46:40) que você acabou de falar que foi eleita a coordenadora de Santa Catarina, que é do mesmo estado da presidente nacional. Então é importante a gente ter uma articulação pra saber quem seria o melhor candidato pra gente apoiar ou, eventualmente, se candidatar, pra ter uma força nessas condições, a nível nacional. É que essa eleição foi feita na hora lá, assim que o antigo coordenador se despediu já foi eleição...

M8 - Mas não acha que não tá (inint 0:47:09).

M7 - É. Mas como a gente tem membros da CEP de São Paulo em praticamente todos os grupos e dentro da comissão organizadora, de uma certa forma, a gente tá bem (inint 0:47:21), né, sobre a eleição.

F3 - (inint 0:47:29). Então a nossa ideia é (inint 0:48:12).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Tem duas coisas (inint 0:49:20), a gente vai ver aqui. (inint 0:49:23).

F4 - Obrigada, Presidente. Nesse momento (inint 0:49:30).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Então eu vou só colocar algumas coisas porque hoje a gente tem uma pauta com pontos de atualização, na verdade, não foi só deliberativos. Então alguma coisa que eu falaria aqui na Comunicação já tá na própria pauta. Mas eu queria só contar pra vocês algumas coisas que me parece importante nesse momento. Primeiro dizer que eu vou representar o CAU/SP numa missão diplomática em Cabo Verde. Vou estar eu e mais uma pessoa do CAUL/BR, o Ministério das Cidades, Ministério das Relações Exteriores aqui do Brasil e o Ministério de Habitação Infraestrutura, lá do Cabo Verde. Então isso vai acontecer no início de julho, é uma missão de prospecção ainda, né, um projeto de 2022, que ele foi iniciado em 2022, (inint 0:50:29) e agora ele se efetiva, numa primeira missão de prospecção. A ideia é que o governo brasileiro do Brasil possa contribuir com a elaboração de uma política nacional de habitação para o Cabo Verde, envolvendo, sobretudo, (inint 0:50:44). Então a gente vai fazer essa prospecção, né, e sendo o CAU/SP detentor de um banco de experiência praticamente consolidado, né, em (inint 0:50:56), né, a gente deve ter papel bastante central nessa interlocução, nessa troca, que deve se dar a partir do segundo semestre. Então essa missão de prospecção ela vai ocorrer com visitas in loco, né, em alguns lugares lá do Cabo Verde, mas também com oficinas para construção de um projeto, esse sim, né, que seria implementado então no segundo semestre. Então essa é uma primeira coisa, acho que é muito interessante. Aí reforçando esse papel que o CAU/SP começa a adquirir, começa a se consolidar, junto ao campo das políticas públicas, né, que a gente já (inint 0:51:34). Acho que a gente vai reforçando essa nossa contribuição, esse propósito (inint 0:51:43) que a gestão vem apontando em políticas públicas. Outra coisa, é em relação ao Rio Grande do Sul, né, que estamos todos acompanhando, né, todo o impacto das águas, enfim, né, as cidades num processo de limpeza. Hoje de manhã eu tava na padaria, até fiquei bem emocionada de ver o volume, né, de limpeza urbana jamais visto em cidade nenhuma. Então é desde trator, tanque de guerra pra tirar lamas de dentro de casas, né. Então a gente tá num contato muito aproximado do Rio Grande do Sul, eu venho falando com a presidente do Rio Grande do Sul quase que diariamente, e aí, em que pese, o projeto específico que o CAU/BR criou e vai apresentar na plenária essa semana em São Paulo, que é pra credenciamento, habilitação e contratação de arquiteto pra execução de laudos, a gente, né, o Rio Grande do Sul em São Paulo, justamente pela via das políticas públicas, a gente entende que é

possível fazer um pouquinho mais. É unir esforços e, de fato, contribuir com as políticas que estão sendo direcionadas pra reconstrução da cidade gaúcha. E a ideia é que a gente possa, a partir dessa contribuição, promover uma (inint 0:53:09). Então a gente também tá construindo um projeto específico, né, com a contribuição da chefia de Gabinete aqui de São Paulo e com a chefia de Gabinete do Rio Grande do Sul. Então a ideia é que haja um edital para (inint 0:53:35) e habitacionais, (inint 0:53:44) de interesse social em vários pontos das regiões afetadas. Esse projeto específico vai sendo construído, em princípio, a operação e os recursos (inint 0:53:59), São Paulo apoia, né, a (inint 0:54:03), então a gente deve apresentar em conjunto: eu e a presidente (inint 0:54:13) e a gente vem trabalhando também, a partir de São Paulo, (inint 0:54:22) às políticas e aos recursos que o governo (inint 0:54:29) Ministério das Cidades, tentando construir possibilidades (inint 0:54:43). Referente à reunião, né, que, na verdade, (inint 0:54:48) vai levar pra Casa Civil, (inint 0:54:57) garantia de execução a partir dos arquitetos, né. Então a ideia é que (inint 0:55:22) pode também depois, né, (inint 0:55:38). Outra coisa, é (inint 0:55:52) arquitetura e urbanismo (inint 0:56:07) aqui de São Paulo, o da Argentina e o do Equador. Haverão 3 datas de exposição de documentários, filmes, a respeito de cidade, a respeito de habitação popular. Então é alguma (inint 0:56:24). A gente vai ter, dia 5 de junho a exposição (inint 0:56:35) na Argentina, depois em 24 de julho, do Equador e 24 de agosto aqui no Brasil. A ideia é que essa exposição ela comece de modo (inint 0:56:46) e aqui, o CAU/SP, a gente vai se organizar pra ver de que forma a gente (inint 0:56:52) pra poder ter essa troca, (inint 0:57:12). É um... (inint 0:57:16) na verdade, esse programa, ele integra o encontro regional de colegiados, né, (inint 0:57:24), então a partir dessa articulação, a gente pode (inint 0:57:29) essa perspectiva, porque a gente (inint 0:57:49) essa maior integração entre os (inint 0:57:52). (inint 0:58:01) da pauta e da extra pauta. Então a gente tem, acredito, são 5 pontos, os 3 primeiros são de atualização (inint 0:58:10), depois os dois deliberativos que (inint 0:58:27). Tudo bem, podemos o primeiro ponto? O primeiro ponto vai ser curioso, porque ouvindo as publicações de todos, eu acho que com duas exceções, todos os demais coordenadores anunciaram aqui as comissões e (inint 0:59:12). Então a gente vai passar e vai tocar nesse assunto, a Karina tá aqui pra nos ajudar a (inint 0:59:22) e Carol também. Então é uma apresentação feita a muitas mãos, pra gente poder tomar pé, quais são os desafios (inint 0:59:33) reprogramação orçamentária de 2024. A gente

vai fazer juntas, (inint 0:59:39), né? (inint 0:59:43) os números e depois a gente (inint 0:59:45)? Tá. Vou pedir muita, muita atenção de todos os coordenadores. Muita atenção, por favor.

Sra. Karina – Olá, bom dia. Bom dia a todos e todas. A ideia é que a gente (inint 1:00:03) da sistematização (inint 1:00:08) pra gente indicar os desafios e limites que a gente precisa se debruçar agora (inint 1:00:18) mais profundamente (inint 1:00:20). Vou só pedir pra que a gente (inint 1:00:24) na apresentação, depois abrir pra eventuais pedidos de dúvidas, que a gente fica parando e acaba saindo da linha de raciocínio. Bom, (inint 1:00:37) repetitivas sobre atividades e projetos, acho que é importante a gente saber a diferença que é o Plano de Ação, né. O Plano de Ação, nada mais é do que um (inint 1:00:52) e os projetos (inint 1:00:58). Então reforçando de novo essa diferença, que ela é bastante importante. Bom, aqui trazendo um pouco as etapas que a gente tá na programação. Então a gente teve um primeiro momento de preenchimento dos planos, que vocês fizeram. A gente teve o primeiro Fórum de Comissões em abril, onde a gente conseguiu pensar e olhar planejamento estratégico. A gente vai ter ali em maio (inint 1:01:37), esses projetos, eles vão ser priorizados de uma forma e aí depois a gente tem esse momento dos ajustes no orçamento, isso vai pro (inint 1:01:46), vem pro Conselho Diretor. Depois a gente tem a apresentação final da plenária de junho e o envio pra (inint 1:01:53) desse orçamento.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Só vou reforçar uma coisa desse slide aqui que a Karina tá (inint 1:02:00). (inint 1:02:04) esse ajuste, o orçamento, ele será aprovado (inint 1:02:15) e depois apresentado (inint 1:02:20) pra ir pro plenário. Então nesse momento (inint 1:02:24). Essa apresentação, a gente (inint 1:02:29).

Sra. Karina – A gente tem (inint 1:02:42) alguns projetos, a gente ainda vai pra (inint 1:02:52), mas a gente tá nesse primeiro momento (inint 1:02:58) análise dessas informações (inint 1:03:01). A gente observou, dentro desse diagnóstico (inint 1:03:12), então o primeiro ponto é que a gente teve 5,9% de aumento, né. Então quando a gente fala de 5,9% de aumento, a gente tá falando de um aumento do orçamento como um todo. A gente teve um aumento orçamentário expressivo nas comissões, eu acho que isso é ponto bastante importante pra que a gente possa (inint 1:03:38) aqui. Tivemos a proposição de 8 câmaras temáticas, as 18 câmaras temáticas, elas também tiveram

(inint 1:03:44) expressivo no orçamento (inint 1:03:48). A proposta de que (inint 1:03:53) algumas dessas comissões, dessas informações já estão vigentes, então o que (inint 1:04:00) que a gente possa entender o que que (inint 1:04:03), né, porque muitos (inint 1:04:04) o seu preenchimento. (inint 1:04:08) reuniões presenciais, né, (inint 1:04:24) que a gente vai detalhar mais pra frente. (inint 1:04:29).

M9 - Todas as outras (inint 1:08:11).

Sra. Karina – O RH, ele (inint 1:08:13). Então aqui (inint 1:11:43).

F5 - (inint 1:12:38).

Sra. Karina – Isso, todo esse cálculo foi feito. A gente vai (inint 1:13:08), depois a gente abre pra (inint 1:13:11). Então nós conseguimos (inint 1:13:29).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - (inint 1:15:23).

Sra. Karina – Bom, então aqui (inint 1:16:02) que a gente tem uma (inint 1:17:07), né, de tudo isso (inint 1:17:38) de que, de fato, a gente tem hoje (inint 1:17:42) o projeto específico que é aquele projeto de Residência Técnica em Arquitetura e Urbanismo (inint 1:18:44). Aí a gente tem as atividades dos departamentos do CAU, então aqui a gente tem (inint 1:18:54), a gente acabou dividindo também (inint 1:19:04), e não a gente teve 36.4% (inint 1:19:13) caindo 5.9% (inint 1:19:20) pra pensar (inint 1:19:46) pra, de alguma forma, conseguir (inint 1:19:49) ter entre receita e despesa. A gente tem um (inint 1:19:54) os projetos do planejamento estratégico ainda não foram (inint 1:20:49) quando a gente olha pra (inint 1:20:52), esse é o cenário que a gente tem (inint 1:21:04).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - (inint 1:21:09) apoio, são repasses que (inint 1:21:25) fazem, já tem valor considerado (inint 1:21:29). Queria chamar a atenção (inint 1:21:53), então certamente a gente (inint 1:23:07) eles são apresentados pro CPF, o CPF (inint 1:23:35) de trazer esse quadro pro CD. Que a gente tá, é a primeira (inint 1:23:50) conselheiro novo, então (inint 1:23:59), isso é bom (inint 1:24:07). Mas a gente tem (inint 1:24:09). Então a primeira coisa que eu acho que tem que nortear (inint 1:24:26) é como tá a entrega da (inint 1:24:29). A gente vai entregar ações fiscalizatórias, (inint 1:24:38). Então a gente precisa pensar (inint 1:24:51). Eu tô trazendo aqui a missão (inint 1:25:02) que vai fiscalizar o exercício da (inint 1:25:17) os ajustes no orçamento

que a gente precisa (inint 1:25:38) os limites orçamentários. Então assim, (inint 1:25:48) ainda é inadequada (inint 1:26:41), né, então essa é a (inint 1:27:53) o que dá pra perceber (inint 1:29:02) de uma câmara temática, que vai que não tem espaço pro projeto, pro planejamento estratégico. Então é melhor ter, né, na hora que eu precisar eu tô lá (inint 1:29:33) do que, de fato, organizar, né, uma (inint 1:29:37) o que a gente vai fazer (inint 1:29:41). Então, de modo geral, os planos de ação eles têm (inint 1:29:46) a gente vai alinhando aqui esse entendimento e passando por todas as (inint 1:31:06), né. Ela tem calendário anual votado em plenária, (inint 1:31:21). Então reunião ordinária, tanto das comissões (inint 1:31:33) todas elas vão pro Portal da Transparência e isso não é pequeno, demora, né. Qual que é o desafio atual que a gente observa? Esvaziamento das pautas dessas reuniões; justamente, eu vejo as pautas, né, (inint 1:32:00). Então as pautas são (inint 1:32:05); desafio de participação (inint 1:32:13) de agenda paralela. (inint 1:32:14) numa reunião da (inint 1:32:16), né, é aquele que tá previsto lá no regimento. Então as reuniões ordinárias, elas precisam ser prioritárias (inint 1:32:40). Vamos passar. Aí. Reunião extraordinária, é extraordinário, que a gente precisa (inint 1:33:04), é isso que justifica a (inint 1:33:33) reunião extraordinária. A gente (inint 1:33:36) aprovar planejamento de reunião (inint 1:33:43). O que diz o regimento (inint 1:34:05), não, mas a gente já (inint 1:35:56) encaminhadas pelas comissões (inint 1:36:21) tanto a câmara temática, como as comissões, elas (inint 1:36:35), tá lá no regimento, tá. Então e aí no regimento também diz (inint 1:36:47) precisam ser respaldados em projetos (inint 1:36:59), tá. O que que tá acontecendo que a gente ouviu até na fala de vocês? Câmara temática da (inint 1:37:10). Então a premissa de criação de câmara temática, vocês precisam ter ciência de que (inint 1:37:24), então a gente precisa (inint 1:37:42). E a gente tá contando (inint 1:37:47) ele é primeira instância (inint 1:37:55). Bom lembrar disso, tá. Então as subcomissões, elas (inint 1:38:02), de fato, ela promove trabalho, tá, subsidia exercícios (inint 1:38:26). Então, elas pra serem (inint 1:38:32), precisam ter atividades (inint 1:38:35). Então é um jeito da comissão se organizar pra aprofundar um texto, esse trabalho, (inint 1:39:02) tem prazo determinado pra desenvolver atividade (inint 1:39:09) e comunicar e relatar, então por meio de um responsável (inint 1:39:16), tá. (inint 1:39:18). Eu sei que eu preciso (inint 1:39:29) essa sim fica vinculado no orçamento (inint 1:39:36). Quanto à câmara temática, ela pode ser proposta tanto pelas comissões permanentes, pelo fórum

de comissões, elas têm que ser aprovadas em plenárias e elas podem apresentar isso. (inint 1:39:54), servir para trabalhos transversais? Pode. Não é a origem da definição, (inint 1:40:05) aperfeiçoamento de valorização (inint 1:40:12) aprofundar uma discussão que a comissão, ela (inint 1:40:26) externa, desenvolveu (inint 1:40:34), comissão não, né, mas a câmara temática, ela (inint 1:40:44) plenária, a gente também elege (inint 1:40:49) dos resultados finais, (inint 1:40:57), tá. Mas não tem, é... é, não é ir e (inint 1:41:14) responsável relatar (inint 1:41:16). A comissão que vai...

Sra. Karina – (inint 1:41:18)?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - É, isso. Mas (inint 1:41:21) coordenador, né. Porque o coordenador, se vocês lembrarem lá no regimento interno, o coordenador é (inint 1:41:32) é só porque tem essa diferenciação, tá. Pode passar. Então essas são as (inint 1:41:49) que a gente tem, que aparece nas pautas da (inint 1:41:52), 2 da CBC, duas da (inint 1:42:00) subcomissão foi criada para elaborar o plano de trabalho da (inint 1:42:29), tá. Então assim, então tem subcomissão que tá se reunindo porque (inint 1:42:37) critérios que a gente precisa observar. Aí uma tela é que tá aqui no (inint 1:43:15), mas só pra lembrar desse (inint 1:43:18) que tá desde o início do ano promovendo, (inint 1:43:22), né, que esse sim, (inint 1:43:27) é o lugar, né, da (inint 1:43:29) transversal também. (inint 1:43:34), a gente ainda vai estruturá-los, mas nesse momento todas as comissões estão espelhadas dentro do planejamento estratégico, né. O planejamento, ele é pauta do CDI do Fórum de Comissões e avança pras comissões, né, já avançou em várias etapas, pra poder justamente estabelecer ações. Que ele é o norte pra articulação entre os impactos esforços internos e externos. Então a gente deveria mirar ao planejamento estratégico, né, e entender que, de fato, o que acontece nas comissões é rotina. Eu vou lembrar vocês aqui: nenhum dos projetos foi orçado ainda. Muito embora, o que que a gente já sabe? A gente sabe que uma subcomissão nesse momento ela tá ali dentro da comissão, mas ela deve, na medida em que um projeto se estruture, deve integrar o projeto. É o caso da subcomissão de monitoramento. A gente tem um projeto de monitoramento e de transparência, né. A subcomissão, em algum momento vai deixar de ser da Secom e vai passar a responder ao projeto que foi organizado de modo transversal, tem (inint 1:44:45) de outras ações, inclusive de outras comissões. Não é um exercício fácil, né. Então tem essa cultura de

trabalho transversal, então a gente já teve algumas experiências de planejamento estratégico, a gente tá amadurecendo, né, consolidando essa ideia. Mas a gente quis trazer pra vocês esse primeiro quadro, nos alarma, né, assim, na verdade, (inint 1:45:09) coloquei, são os 2 lados. Por um lado, a gente vai ter que promover alguns ajustes no orçamento, não tem outro, a gente tem que fazer. Por outro lado, mostra, né, também expressa esse engajamento que as comissões estão tendo. Então eu entendo que a gente, nesse ajuste de orçamento e caminhando todo o esforço, né, integração do planejamento estratégico, (inint 1:45:36), mas ouvir vocês um pouco desse quadro todo, ajuda a estabelecer alguns critérios de conversão do orçamento. Algumas, e a gente tem o ex-presidente aqui, Gilberto, né, e outros (inint 1:45:50) que já participaram de outras gestões e a gente sabe que esse corte de orçamento, ele era feito sem muito (inint 1:46:01), né. Vinte por cento (inint 1:46:03) que a gente tá querendo construir em conjunto com vocês são os critérios para essa correção do orçamento. A gente trouxe aqui pra ouvir vocês, como é que vocês estão pensando, a gente tá achando que tem muito a trabalhar, certamente o orçamento, ele vai ter (inint 1:46:26) pra todos nós, né, esse critério que eles podem vir de partida, (inint 1:46:34) diminua a quantidade de ajuste feito, mas é um jeito da gente aprender, tá. Então (inint 1:46:44). Carol, por favor. Mel. Karina, fica por aí porque acho que... (inint 1:47:06) com a Mel, por favor.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) - Eu vou ser rápida.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Pra gente prestar atenção na Mel. Mel.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) - (inint 1:47:25), nesse sentido, da gente fazer uma partição diferente, trabalhar de uma maneira diferente. E assim, a gente também (inint 1:53:26) coisa e conversar com os outros conselheiros me relação aos dois princípios (inint 1:53:35). E a questão da economicidade (inint 1:53:39) são 2 aspectos importantes pra gente entender. Porque às vezes, o cansaço excessivo é super subjetivo, né, e economicidade também é bastante subjetivo. Mas a gente precisa entender que às vezes assim, a nossa postura também é uma postura que leva assim a uma certa... eu não vou dizer isso. Mas a gente precisa entender esse balizamento, que eu acho que é muito importante assim. Por um lado, claro, que tem toda a energia, toda a vitalidade da gente, tá querendo trabalhar, é legal trabalhar no Conselho, mas assim,

a gente não trabalha, a gente aconselha e a gente precisa respeitar os espaços (inint 1:54:39). Fica à disposição pra esclarecimento (inint 1:54:57).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Quem que é agora?

F6 - Isso. Bom, na minha leitura aconteceu um descompasso assim, essa corrida (inint 1:55:24) é fruto de um descompasso justamente entre a aprovação dos projetos no planejamento estratégico e a nossa necessidade de definir uma reprogramação em um plano dentro das comissões, né. Então à medida que a gente foi, a gente tem a necessidade de definir o nosso plano do ano sem ter os projetos aprovados, né, existe então esse levantamento de suposições, né, de que: eu não sei se esse projeto vai, se esse projeto é nosso, vamos colocar aí. Então eu acho que muito disso foi essa falta de descompasso, né. Então eu acho que seguindo, né, o rito que a gente tá tendo no planejamento estratégico de uma definição coletiva dos projetos, acho que a sequência inclusive pra sanar essa questão, né, mais do que cada um olhar para o seu próprio umbigo, é a gente olhar para os projetos, a gente vai, agora que a gente vai aprovar. A gente ainda não aprovou os projetos do CAU, né, e a gente já está supondo, dentro das nossas subcomissões, que vamos executar X, Y, Z e aí criamos comissões, subcomissões e câmaras, né. Então assim, a gente criou esse cenário pra tentar, né, suportar, né, uma possível demanda de trabalho e a gente ainda (inint 1:56:47). Eu vejo que muitos projetos inclusive... quando a gente fez esse exercício lá na Secom, da leitura das nossas intenções de atividades, né, (inint 1:57:02) a comunicação deram mais de (inint 1:57:09) ideias das funções, dentro que cada comissão, cada um colocando as suas intenções, mas ainda não vimos isto num panorama, enquanto coletivo, e selecionamos o que, de fato, deve fazer. Então na medida que a gente olha 20 (inint 1:57:46), 30 (inint 1:57:48), escolha. E é nessas escolhas que a gente vai pautar o projeto da comissão ou o plano da comissão. Então ó: “A comissão vai participar, vai realizar o seminário tal”. Por que? Porque isso foi definido (inint 1:58:07) dentro da fiscalização, então esse ano (inint 1:58:14), fazer esse filtro, né, definir os projetos que, de fato, nós vamos conseguir realizar em 6 meses, né, que é muito tempo. E aí sim, voltarmos pro nosso plano (inint 1:58:35) e fazer essa revisão. Eu acho que aí sim a gente faz uma revisão interna, dentro da comissão, do que de fato (inint 1:58:45), nas câmaras temáticas. Então isso tem que refletir o plano estratégico, não podem estar (inint 1:58:53), não pode ser uma coisa

aleatória. Tanto que na Secom, a gente só criou 2 (inint 1:59:00) e a outra coisa já aprovada no plano estratégico, que era muito (inint 1:59:06), não, vamos tocar os projetos dentro (inint 1:59:12) se não entrar esse ano, faz o que tem, né, (inint 1:59:28) pra gente poder realmente desenhar um plano de comissão tem que isso estar no plano estratégico, né. Então a gente encaminha, a minha sugestão é que a gente volte, né, agora que a gente vai selecionar o que a gente vai conseguir fazer esse ano, (inint 1:59:52) mas eu acho que isso (inint 2:00:00) pra gente gerar um (inint 2:00:03) aí dando, né, um (inint 2:00:05) de ações, de reuniões (inint 2:00:10).

Sr. Gilberto - Eu queria antes de até começar, contar uma história pra vocês. Porque assim, eu tenho um, desde que a gente criou o Conselho, uma situação muito crítica e muito firme com relação a diária dos conselheiros. Eu tive atuação grande no CREA, lá o presidente quando tinha oposição, ele chamava todos os conselheiros que criavam caso, (inint 2:00:51) pra eles discutirem e pagavam durante uma semana no hotel na Bahia pra todos eles diária, todos eles ficavam discutindo e voltava tudo resolvido, né, com diária e tudo isso, né. Então era assim que era no CREA, tá. Mas no CREA era assim. Pagava-se diária pra Bahia, ficava lá, voltava resolvido o problema. A gente entrou aqui, eu sempre fui muito chato com relação a diária, desde a primeira plenária (inint 2:01:27) a gente tem que ser muito rigoroso na imagem que a gente precisava ter. Aí quando eu vejo aí (inint 2:01:43) do aumento proposto, né, de diária, de (inint 2:01:48) um evento dizendo que nesta gestão a gente aumentou 36% (inint 2:01:58), é brincadeira. Então isso é... não dá. Pra mim (inint 2:02:07). Então assim, nós temos que pensar o que isso reflete (inint 2:02:16) no mérito das reuniões cada, um tem a sua permissão pra escolher as reuniões que queira fazer dentro do seu orçamento (inint 2:02:26) 36% de diária, de aumento, é uma coisa, qualquer outra coisa, (inint 2:02:33) a razão. Assim, vamos tomar muito cuidado não dá pra criar comissão temática, criar novas reuniões, mais diárias, mais (inint 2:02:43) eu acho que a gente tem que ter essa consciência. Duvido que alguém tenha coragem de falar com um amigo, falar: "Ó, na gestão que eu tô, aumentou 36% de diária". (inint 2:02:55) falar alguma coisa. Vamos pensar um pouco nessa questão. Presidente, eu queria até antes de eu vir discutir isso, eu entrei no *site* do CAU, na transparência, procurar as diárias de gestão. Eu (inint 2:03:11) no primeiro dia da minha gestão, eu fiz questão de colocar (inint 2:03:18). Então assim, não tem nem

diárias, e os (inint 2:03:30), parece que eu só achei de funcionários, (inint 2:03:34), mas é minha preocupação. Então eu acho que assim, tem que constar todos os valores recebidos pelos conselheiros, quer seja de diárias e jetons, eu não achei isso no *site*. Então como eu tenho essa preocupação, acho que tem que repensar alguma coisa que a gente encontre, quer dizer que cada comissão tem um número X de diárias, de reuniões, mas não dá pra ter 36% de aumento de diárias.

Sra. Andreia – Bom, eu queria começar a minha fala falando da observação da Aline e agora complementando com a observação do Belleza, foram fala muito importante porque tem um slide que a Karina apresentou, que além dos slides dos 36%, Belleza, tem um slide que me chamou muita atenção que é os destaques de reprogramação. Nesse slide tem um número expressivo de reuniões e a fala da presidente também me chamou muita atenção, que a gente não está dando conta de fazer as reuniões presenciais, (inint 2:04:48) que são estabelecidas pelo nosso regimento e aí a gente tem um critério de comissões que me chama muito a atenção que até na (inint 2:05:05) teve que mudar. Essas reuniões (inint 2:05:08). E aí (inint 2:05:19) ordinárias, os horários das reuniões ordinárias, e nós temos um aumento expressivo de 680 reuniões técnicas presenciais, 257 reuniões técnicas virtuais. Então assim, isso é muito preocupante, porque a gente (inint 2:05:50) consegue ver as reuniões. A gente percebe que tem coordenador de (inint 2:05:58) que vem de 3 a 4 vezes aqui no CAU. Assim, (inint 2:06:02) e aí a gente vê a diferenciação (inint 2:06:09), apesar que essas reuniões técnicas, eu acredito que a gente tem até que tirar desses slides, que ela (inint 2:06:34) não tem no regimento (inint 2:06:37) ou acrescentar no regimento, (inint 2:06:41) e chama muito a atenção esse número de reunião (inint 2:06:56) que não existe dentro do nosso (inint 2:07:02).

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Rafael, agora.

Sr. Rafael – Sou eu. Bom, gente queria dividir com vocês aqui algumas reflexões no sentido da gente, acho que a gente tem que construir, né, um entendimento e uma convergência afinal. O Conselho-Diretor é o espaço de decisão, né, dentro das competências da gestão, né. Não é à toa que nós estamos compondo o CD, né. Então eu queria primeiro colocar assim, que, de fato, esses números mostram que a gente tá aqui há 4 meses e todo mundo querendo trabalhar, né. Então a gente coloca, se propõe e

dimensiona, na caixa ali da comissão e depois quando soma tudo isso, o número fica assim, né, expressivo como a gente tá vendo. Então acho que a partir dessa leitura, do compromisso que a gente sabe todo mundo tem aqui, é o momento da gente assentar o que fazer com isso, né, porque a gente tem um compromisso aqui, né, fazer a gestão dentro dos princípios que a gente se propôs e isso vai ter objeto dentro do planejamento estratégico. Outra coisa que eu acho que é importante, assim, a gente quando vê esses números a gente tem que pensar nos desdobramentos. Então a sobrecarga sobre funcionários das (inint 2:08:27). Outra coisa, a capacidade de execução de tudo o que a comissão propõe. Porque a gente tem que lembrar que não se executa (inint 2:08:35) e não fez e é ruim, né, isso pro Conselho. Aqui, né, eu, o Conselho-Diretor, eu acho então que ele vai ter um papel importante (inint 2:08:54) uma discussão política, né, (inint 2:08:59), acho que isso é importante a gente colocar. E aí a outra questão é assim, não tem dinheiro, a gente já passou 1.6, que é a margem de segurança, a gente tá em (inint 2:09:14). Então assim, temos que cortar. Participei de gestões anteriores que é como já falou, o presidente dizia: “Cada comissão corte o 25%”, não tinha papo, não tinha leitura programática, né, porque o viés era justamente (inint 2:09:38). E aí por fim, gente, eu acho que a gente tem que olhar assim, né, tá aqui (inint 2:09:52), bato palmas pra fala da Aline, porque às vezes a gente não percebe, né, má intenção. (inint 2:10:03) deixa de olhar pra quem a gente tem que servir, que são os arquitetos. Então eu queria só colocar isso, né, a gente tem uma responsabilidade (inint 2:10:12) com recursos dos arquitetos e tem uma outra questão que a gente tem um compromisso, a gente precisa observar de forma rigorosa o que diz o nosso regimento interno. Isso eu já falei pra (inint 2:10:24) e assim, isso aqui é um parlamento, todo mundo tem autonomia de trabalhar, mas qualquer problema que der no TCU, é o CPF da presidente. Isso aqui é um parlamento, mas que (inint 2:10:36) daquele jeito, né, a decisão final (inint 2:10:41). Então eram essas as recomendações que eu queria fazer. E a gente vai ter (inint 2:10:56), eu acho que ali é o espaço que a gente conversa, o projeto atende as prioridades de cada comissão, cria uma base de entendimento e vai com isso pra plenária de forma segura, atendendo ao máximo, né, todas as vontades e as propostas que a gente vá defender pra essa gestão aqui, tá bom. Ah, desculpe, tem uma parte que eu esqueci de falar, que é o seguinte. Era bom lembrar até que 3 ou 4 conselheiros da gestão passada estão com processos no TCU pra devolução de diária. Então eu tô querendo lembrar isso porque

isso não é brincadeira, né, inclusive os volumes a serem devolvidos não são poucos. Então a gente tem que tomar cuidado (inint 2:11:45).

Sra. Hainra – Queria pontuar com algumas questões. Primeiro, eu acho que tem alguns da(descontinuidade)... seria importante, senhora presidenta, a gente entender melhor quando a gente coloca um número ali (inint 2:12:05), a gente tá falando na perspectiva de reuniões ou de indivíduos, né. Eu acho que isso muda a lógica. Uma outra questão, que eu acho que o próprio apontamento que a senhora faz do próprio rito... não entendi? Ah, segura, que é teu. (inint 2:12:29). Jovem senhora. Minha jovem senhora, pensando que ninguém melhor (inint 2:12:37) eu acho que tem alguma questão, e eu falo como uma conselheira de primeiro mandato, temos várias outras aqui, coordenadora de primeiro mandato e primeira gestão, porque é o próprio rito da coisa, na sua própria falar acho que foi assertivo, acho que foi a Paula que trouxe, a presidente com a Paula, olha é uma questão de rito, né. Olha, a gente trouxe uma proposta de gestão, de transversalidade projeto, não faz muito bem parte da realidade, (inint 2:13:15) e a urgência pela qual a demanda foi traga, né, fez com que isso acontecesse. Então eu acho que há uma necessidade de uma reflexão prévia, né, e de entender como como essa reflexão causa espaços. Se isto aconteceu, é porque não tá devidamente escurecido pros coordenadores, e eu falo por mim, né, e pelos próprios membros das comissões, o papel que cada um joga dentro do processo, né. Isso não tá claro, né, é óbvio que teremos que, é óbvio, que teremos algumas questões a ser resolvidas e precisamos resolver agora, né. Eu acho que nos cabe fazer essa reflexão e pensar como que a gente pode (inint 2:14:06) essa amarração. Segunda, reunião técnica. Por mais que ela não esteja prevista, eu também tenho tentado procurar uma justificativa pra isso, eu fico imaginando que há uma necessidade então, até porque delibera sobre uma (inint 2:14:25) sobre ela, né. Então (inint 2:14:31) pessoas confiaram em nós e votaram em nós, né. (inint 2:14:42), mas eu também entendo que há uma (inint 2:14:54) preciso conversar com a área técnica, preciso me aprofundar (inint 2:15:06) o assunto e tender a demanda de fato, né, até pra que seja produtora à sociedade, né, até pra que seja realizada de forma mínima e razoável. Isto também é entregar algum pra sociedade, né, entregar algo à sociedade também versa sobre ter uma estrutura de uma autarquia federal, que seja razoável. (inint 2:15:32) que haja uma necessidade de tempo, Gilberto,

mas é óbvio, né, Belleza, que há, que pese, (inint 2:15:42). Eu acho que é uma necessidade. Por último, queria agradecer a SGO, né, por ter repensado, né, (inint 2:15:52), né, essa estrutura (inint 2:15:56) tem uma demanda (inint 2:15:58), né, a área técnica tá bem alojada, (inint 2:16:03) em vista da demanda, né. Mas eu acho que nos outros dias (inint 2:16:11), mas só agradecer à SGO e a atenção do corpo técnico (inint 2:16:23).

Sra. Tatiana – Bom, eu vou (inint 2:16:37). Mas eu queria falar um pouquinho da Cathis, (inint 2:26:46). Mas o que acontece na Cathis, nós não criamos câmara temática, mas nós criamos sim 4 subcomissões. O que acontece na nossa comissão? É uma comissão extremamente difícil de lidar, de trabalhar. Por que? A gente não consegue produzir dentro da comissão. Então todos os assuntos viram polêmica, todos os assuntos viram aula, é muito difícil. Então ela não é objetiva, ela não é uma comissão prática. A gente não consegue, é impossível criar um edital na comissão, impossível. Eu considero impossível. Impossível a gente criar um projeto dentro da comissão. Hoje como ela está, não dá, porque tudo vira polêmica. A gente... um assunto, você tá falando disso, aí da garrafa d'água. A garrafa d'água (inint 2:17:34). Aí se você fala alguma coisa: "Ah, vamos colocar 2, 3 minutos pra pessoa falar". "Não, tá tolindo... pra comissão produzir, a gente precisa... e sempre são as mesmas pessoas nas comissões. Então as pessoas que, de fato, tão ali arregaçar a manga e trabalhar. As pessoas que causam polêmica na comissão, não são as pessoas que entram na subcomissão pra trabalhar. Então isso é muito difícil de lidar. Eu estou em 2 subcomissões, as reuniões das subcomissões são *on-line*, a gente agenda a reunião de 2 horas, porque todo mundo que tá na subcomissão são pessoas extremamente sobrecarregadas de trabalho externo, trabalho de vida pessoal, de tudo lá fora, então até pra organizar uma agenda da subcomissão é difícil organizar um horário que as pessoas podem. A gente organiza em qualquer horário que a gente consiga, porque a gente precisa tocar o trabalho. Então eu não tô aqui defendendo o aumento de diária, de reunião, de subcomissão e de câmara temática, mas a gente precisa pensar numa forma de que as pessoas, conselheiros entendam que eles também têm uma obrigação que é: se a gente tá criando um plano de trabalho, tá colocando ali um plano de ação que a gente pretende criar projetos, programas e ações, minimamente a gente precisa tirar isso do papel. É. Que seja na ordinária. Mas como eu

sou explicando, no nosso caso... é. É. No nosso caso, eu não consigo ver assim uma, não consigo ver dentro da ordinária ou de uma extraordinária, que seja, mesmo as extraordinárias são reuniões de que você não consegue. A Samira tem que ficar ali até com laço assim, toda hora: “Pelo amor de Deus, vamos voltar pro assunto”, né. Muito difícil.

Sr. Roberto – Bom, eu só gostaria de dar um exemplo, a Luciana que é a coordenadora-adjunta da CDP, se eu falar alguma coisa que você não concorda, por favor, tá. Que é o seguinte, quando foram criados 3 grupos de trabalho que não são subcomissões, são apenas grupos de trabalho para estudar temas específicos dentro, né, da CDP foram criados assim um número de reuniões técnicas que, no momento eu nem entendi, eu falei: “Mas pra que isso? Não tem sentido”, né. Mas naquele momento eu acho que ninguém tava muito preocupado com isso ou pelo menos se eu me manifestei, eu fiz de uma maneira muito, talvez deveria ter me manifestado de uma outra forma. Bom. depois sabendo de tudo isso que tá acontecendo, eu mesmo fiz uma sugestão pra coordenadora que foi tentar colocar essas discussões das reuniões técnicas nas reuniões ordinárias, porque eu não entendi o que é que tinha pra ser feito na reunião ordinária, se esses assuntos passaram pra reunião técnica. E falei pra ela: “Olha, no máximo se precisar, convocasse uma extraordinária”, que inclusive é muito melhor porque dentro desses grupos, tem participantes em mais de um grupo. Então todo mundo junto trabalhando, o resultado é muito melhor. Ainda bem que foi aceito, as reuniões técnicas desapareceram, tirando algumas poucas que estão programadas. Eu acho que esse esforço deveria ser o esforço de todo mundo. Não tô querendo aqui dizer pra cada comissão o que deve fazer, mas eu sinto que esse esforço precisa existir, porque realmente não tem o menor sentido isso.

Sra. Carolina - Eu só queria trazer aqui alguns esclarecimentos. Um deles é respondendo à Mel sobre plano de viagem e prestação de conta. O desafio é, que nem a gente colocou, né, a convocação ela começa desde um e-mail, desde um SEI e tal. E aí que que acontece? Devido a um número limitado de pessoas, o André ele tem que entrar de volta na convocação, vê se a presença tá lá ou não, apertar um botãozinho pra abrir pra prestação de contas. Então com número, né, elevado de convocação a gente atrasa numa outra parte. Então é um ciclo e existe esse realmente esse desafio e a gente tá

tentando realocar equipe. E aí assim, são coisas técnicas, mas eu acho que é interessante vocês saberem. Por exemplo, o aplicativo tem um número limitado de pessoas da SGO que pode utilizar, aí a gente tem que pedir, aí demora pra pedir pra Ronaldo blá-blá. Agora a gente aumentou o número de pessoas que conseguem, pra fazer convocação. Aí a gente vai fazendo um plano, aí tem pessoas que pedem licença. Então tá num processo realmente atrasado e a gente tá tipo trabalhando aqui nos pratinhos pra que a roda vire. Então acho que é importante saberem isso. Outra coisa que eu acho que é realmente isso, assim, esse número absoluto de 393, ele realmente é grande e o desafio atual é que é tudo: é extraordinária, ordinária, reunião técnica, representação e tal. A gente...

Sra. Carolina – É, 393 reuniões. Reuniões. E aí essas reuniões é de representação também. O que é o nosso desafio, e eu acho que a gente tem que melhorar, e aí como foi falado tanto pela vice e depois, é assim, essa coisa de reunião técnica a gente tem que repensar esse nome e aí a gente tem que realmente ter uma nomenclatura pra tudo. Então pra que no final do ano, e aí quando for convocar, né, as subcomissões, elas saibam exatamente que tipo de reunião e que a sua nomenclatura seja igual a minha quando você convoca, pra depois no final eu consegui puxar e ter um detalhamento perfeito. Hoje em dia é: convocação de comissão de blá-blá-blá, tá. Isso enquadraria em que tipo de reunião? E aí a partir disso, eu consigo depois ter um mínimo denominador. A gente não tem isso. Então é um número absoluto ainda que precisa ser muito melhor qualificado. Acho que eram esses dois esclarecimentos que eu queria dar. É isso.

Sr. Eduardo – Não, é rápido. Acho que as falas elas são bastante convergentes, né, na avaliação de todos em relação ao quadro apresentado. E aí eu tô começando achar vantagem, viu Gilberto, aqui ter 5 conselheiros na comissão de fiscalização é uma coisa boa, né. Assim como são 5 conselheiros na comissão de ética, somos poucos, mas com muitas demandas a cumprir. E isso, né. É, as mais, as que tão ali, né, as mais importantes, vão dizer assim, sem desmerecer, acho que não é o caso. Mas são convergentes as falas, né. E, né, e nós e aí pactuar com a fala da Paula, que eu acho que pra mim ela mata um pouco a charada aqui, há um descompasso entre o planejamento estratégico e as exigências e necessidades que nós temos nas comissões de elaborar os planos de ação, e isso de fato atrapalha um pouco a essa definição de calendário. No caso da fiscalização

nós entendemos ali que as reuniões extraordinárias poderiam serem utilizadas pra essa busca da transversalidade, a partir dos projetos e programas que ainda estão em processo de elaboração, né. Então acho que esse descompasso acabou gerando essa dificuldade nossa de entender como estruturar o plano de ação nas comissões, né. Enfim, acho que é um pouco por aí Camila, e muito no alinhamento que o Rafael tá propondo, né, da gente fazer reflexões nesse sentido. E também sobre a fala da Aline, da finalidade do papel do Conselheiro, não como um ator executivo na gestão do CAU, mas reforçar fortalecer qual que é o nosso papel como Conselheiro. Então dentro de um processo que proponha aí uma eleição, representação, parlamento, né, enfim. Eu acho que reforçar um pouco isso também é importante, Camila. Obrigado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Muito bem. Não vai voltar, não tem prazo pra voltar. Então justamente a gente tá pondo no Conselho-Diretor que é pra organizar um pouco, né, a percepção de vocês todos a respeito desses assuntos. Então, de fato, a gente vai fazer os ajustes, né, o plano volta aprovado pra vocês poderem implementá-lo, né. Assim, eu queria na verdade, fazer... eu acho que tem uma última tela, não tem? Tem, né.

F8 - Oh Camila, só uma questão de um pedido de esclarecimento aqui. Porque, gente, eu sou arquiteta, né, eu sou das humanidades, não sou das humanas, eu queria uma ajuda aqui. Porque quando a gente olha o número, ele causa um estranhamento, né, 358 convocações, né.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Reuniões técnicas, dá quase mil reuniões técnicas.

F7 - Aquelas... não, tá tudo bem. Mas deixa eu pedir meu pedido de esclarecimento aqui. Como que isso se decompõem ao número de comissões, né, eu gostaria de ter essa informação, ao número de comissões e dentro do calendário, entendendo que a gente tem 6 meses restante. Que é isso que a gente tá discutindo aqui, né. "Oh, temos 6 meses pra concluir o ano e precisamos fazer a nossa reprogramação orçamentária". Eu tô pensando isso olhando pra COA, gente. Desculpe-me, né. E um outro pedido aqui que eu gostaria de fazer, é entender as comissões que estão discrepantes, né. Porque quando vem a exposição, a gente acaba olhando cada um pra nós mesmos, né, entendendo como que a gente pode atender as necessidades, né, desse enxugamento.

E aí eu fico olhando pra COA e a COA já tá enxugada. De repente... tá enxugada, né, inclusive apertada. As nossas reuniões começam às 9, se deixar termina às 8 da noite. Se não correr com a vassoura atrás da galera, termina às 9, né, Amanda, né, é difícil o negócio, é muita demanda, né. Então eu queria entender um pouco isso até pra poder tomar uma posição também. se for possível.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Tá. Bom, acho que depois a gente pode até organizar essas respostas assim, né, porque a decisão foi a gente não apontar pra essa ou aquela comissão, até porque, na verdade, assim, a falta de parâmetro não dá pra dizer: essa extrapolou, aquela fez assado”, né, porque, na verdade, cada uma se organizou à sua maneira, né, com o coordenador junto dos membros da comissão discutiram e decidiram por aquela forma de organização. E num primeiro momento, assim, não há desejo por parte da presidência, de estabelecer uma forma única de trabalho, porque, né, depende um pouco da dinâmica, do perfil dos membros daquela comissão. Então não há um desejo de ser muito rígido em relação a isso. O que a gente vai precisar fazer são ajustes, né, considerando essas premissas todas que a gente foi colocando aqui, né, então o planejamento estratégico, a gente de fato priorizar os projetos que a gente vai ainda validar, né, no Fórum de Comissões. Eu tô em pleno acordo com o que Paulinha e outros depois reforçaram a fala da Paula, né, desse descolamento do planejamento estratégico e dos planos de ação, que são aqueles de rotina nas comissões. Porque ainda fica uma coisa assim, a gente não entende de que quanto que a rotina participa da execução do projeto, né. Então eu acho que é coisa aqui pra gente ir olhando, por isso que eu disse que para o orçamento de 25, me parece que essas coisas vão estar melhor organizadas, então quando a gente for fazer os planos de ação a gente já vai ter alguns parâmetros, alguns tetos, a gente já tem os projetos, né. Então aí fica mais fácil da gente ponderar tudo isso, né. O que a gente tem pra ajustar nesse momento, olhando um pouco com a gerência financeira, são esses itens, né. Então as reuniões ordinárias, embora elas já estejam ali aprovadas, né, no calendário anual. As reuniões extraordinárias, elas estão em grande número, a gente tem uma previsão de mais de 7 reuniões extraordinárias por comissão, se a gente for colocar assim como média, tá. Mas na verdade tem comissão que não previu reunião extraordinária, tem comissão que previu quase 20. Então é esse o descon(descontinuidade)... tem mais

reunião extraordinária do que ordinária prevista. Então é uma coisa que a gente, né, de partida precisa organizar. Eu tenho uma experiência da gestão passada, e aí vou um pouco na fala do Rafa aqui, que eu coordenava a Comissão de Ética, que é uma comissão que tem uma demanda realmente grande, o Gilberto sempre aponta isso e eu sou muito solidária a ele porque já coordenei essa comissão. Todas as reuniões extraordinárias, nos 3 anos da gestão, a gente previa virtuais e eram 4 no ano, porque diante de uma demanda que é tão grande, a gente mal dava conta de fazer ordinária, quanto mais uma ordinária por mês. Então tinha previsão de 4 extraordinárias por ano, né, pra dar conta dessa demanda que vai ficando reprimida. E eu nunca precisei fazer ela virtual, por que? Porque a execução da reunião ordinária é baixa. Então eu tô chamando a atenção dos coordenadores aqui, porque os coordenadores têm acesso a esse balanço mensal de execução. Então olhem o balanço de execução, porque um membro que falta em uma reunião ordinária, já gera um valor não executado. Depois de 3 meses, eu tô falando só de reunião ordinária, nem tô falando das outras todas previstas. Mas a execução de reunião ordinária é baixíssima, e aí o que que acontece? Vai sobrando um saldo ali. Quando eu ia fazer a extraordinária, eu podia convocar presencialmente, por que? Porque tinha, eu usava esse saldo não executado. Então é só como uma estratégia que a comissão pode, que o coordenador pode lançar mão, né, se ele tiver uma rotina de observar a execução da sua própria comissão, né. Porque eu acho que é uma estratégia válida, tá. Então, por exemplo, reunião extraordinária a gente vai precisar ver o que que faz, a gente tem uma média alta, muito alta, né. As reuniões de subcomissão, e aí Andreia tô até indo de encontro à tua fala aqui ó, veja que nessa tela inteira vocês não vão enxergar a palavra “técnica”, porque não existe previsão pra reunião técnica, isso foi uma invenção da gestão passada, não há previsão e há uma preocupação de ordem jurídica muito grande com as convocações, e a gente usar esse termo “reunião técnica”, que não diz respeito à competência do Conselheiro, como bem observou a Aline. A gente não desenvolve trabalho técnico, não deveria desenvolver e nem chamar qualquer que fosse a reunião que a gente convocaria, de técnica. Então isso é uma distorção grave e que a gente tá, junto com o jurídico, organizando uma forma de colocar um outro entendimento. Então aqui a gente tem a gente tem reunião da subcomissão, a gente tem reunião da comissão temporária, a gente tem reunião da câmara temática, elas não são deliberativas, mas elas são reuniões daquele grupo que se deliberou, né, e que vai

se reunir pra fazer qualquer que seja a coisa. A gente tem essas adequações pra fazer, considerando a nova composição das comissões, que vai desde entender quem é capital, quem é interior, litoral, até o fato de que ela virou metade, né, todas diminuíram, então tem uma adequação aí pra gente pensar. Tem as reuniões que a gente pode entender que elas serão convo(descontinuidade)... todas são convocadas pela presidência, todas elas, né. Mas uma coisa que a gente vem pensando é que as reuniões que forem convocadas pra presidência pra articulações e cumprimento de ações previstas no planejamento estratégico. Então fazer uma reunião com um instituto, com um órgão, estudar uma matéria que chegou, né, ela é central para o planejamento estratégico, pra a gente cumprir com os projetos, prazos e com os conteúdos que a gente precisa cumprir. Então se a gente entender que essas reuniões elas são de articulações e são de cumprimento de ações que estão ancoradas no planejamento, tudo bem, né, o que não dá pra ter, de fato, são as reuniões que a gente chama técnicas e que elas surgem por parte da comissão com vínculo em nada. De algumas comissões, tá, tô aqui colocando de maneira... me entendam, tá. E aí a gente tem os marcadores de prioridade nos projetos do planejamento estratégico, alguma coisa ainda por fazer e eu acho mesmo que a hora que a gente fizer, a gente consegue dar uma equalizada em todo o resto. E tem o item manutenção da sede, que Karina já chamou a atenção em outras reuniões que a gente teve, porque de fato tem. A gente precisa observar, é um valor alto, se a gente vai, assim como as comissões, né, se a gente tem condições de executar todo aquele valor, toda aquela previsão de valor dentro do ano de 2024. Então são itens que no orçamento eles aparecem pra gente com alguma flexibilidade pra poder promover os ajustes, outros itens eles são fixos, não tem muito que a gente faça com ele, né, é o RH, são contratos em andamento. Né, são contratos em andamento, é dinheiro que tá comprometido, são limites, é limite de Athis, é limite, né, são coisas que a gente tem que gastar, né. E agora esses aqui mora a flexibilidade que a gente precisa pra fazer alguns ajustes necessários. Claro que também nas áreas técnicas a gente tá conversando, embora o aumento das áreas técnicas tenha sido quase nada, né, em geral se repetiu o valor programado, aumentou muito, muito pouco. Mas a gente tá olhando também pra isso. Mas aqui, como vocês viram, né, pelo próprio percentual indicado de aumento, é aonde mora boa parte do ajuste que a gente vai precisar promover. Então a gente ainda (inint 2:36:36) não fez os estudos (inint 2:36:48) decisões coletivas que a

gente já tomou e que a gente ainda vai tomar, né, que são de ordem programática, sobretudo, tá bom. Tudo bem. Então eu acho que a gente pode fazer um almoço, né. E convido vocês a dar uma passadinha, como membros do Conselho-Diretor, no Encontro Temático da CEP, eu não sei se eles ainda tão reunidos, se já tão fazendo almoço, né. Segundo andar. Pra fazer um, né, um enfim, boas-vindas. Aos Conselheiros de fora que estão aí, então fiquem convidados a fazer isso. Uma e meia volta, é isso? Tá.

[Fim da gravação]

FINAL

DEGRAVAÇÃO

5ª RO CD (21.05.2024) Parte 2

PARTICIPANTES NÃO IDENTIFICADOS/NÃO SE APRESENTARAM

Vozes masculinas: M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8, M9 e M10

Vozes femininas: F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7, F8, F9, F10, F11, F12, F13 e F14

TEMPO DE GRAVAÇÃO

2 horas, 22 minutos e 36 segundos (1 arquivo de mídia)

LEGENDA

[inint 0:00:00] – palavra ou trecho sem compreensão.

(descontinuidade)... - trecho de fala interrompida por parte do locutor.

_____ *(0:00:00)* – palavra não compreendida (sublinhada), provável entendimento desta.

INÍCIO

ARQUIVO/VÍDEO: 5ª RO CD (21.05.2024) Parte 2 = 2:22:36

Sr. Leonel Arruda - Então a ideia é que a gente possa dar um panorama pra vocês de qual é a situação das conferências, até aqui da nossa participação nas conferências. Só queria começar dizendo que semana passada teve reunião do Conselho Nacional de Cidades, não sei quem já recebeu essa informação e a reunião do Conselho Nacional das Cidades deliberou pelo adiamento do prazo de execução das conferências. A gente ainda não tem uma publicação oficial sobre isso, estamos esperando, o governo do estado de São Paulo também tá esperando, a gente tá lá na comissão, né. Mas é um adiamento bastante robusto, que joga o calendário muito pra frente. Então pra vocês terem ideia o novo prazo de conferências municipais deve ser 30 de abril de 2025, um ano. A justificativa é a calamidade no Rio Grande do Sul. É, enfim. Talvez tenha tido um acúmulo de coisas, a história do Rio Grande do Sul juntou com... se adiasse em pouco tempo, juntava com a eleição, então ficou pro ano que vem. O que que eles tão orientando? Que quem já marcou, não cancele.

Vice-presidente - Leonel. Leonel.

Sr. Leonel Arruda - Oh, desculpa.

Vice-presidente - Só um pouquinho. Eu queria saber quem que começou uma reunião sem a presidente.

Sr. Leonel Arruda - Ah, a Carol, SGO.

Vice-presidente - Carol.

Sr. Leonel Arruda - É...

Vice-presidente - Eu não entendi, você começou uma reunião sem a presidente?

Sra. Carolina – Oi?

Vice-presidente - Você começou uma reunião sem a presidente?

Sra. Carolina – A Camila pediu.

Vice-presidente - Não, como assim a Camila pediu?

Sra. Carolina – A Camila pediu pra gente começar a apresentar...

Vice-presidente - Então, mas quando a presidente não está, não estiver presente, quem está presente é a vice-presidente. Então você chame a presidente aqui que eu preciso conversar com ela. Eu vou ao banheiro.

Sr. Leonel Arruda - Eu não sei desses trâmites.

Sra. Carolina – Eu não fiz por mal. É só mais um informe. É mais um informe...

Sr. Leonel Arruda - É, essa pauta é...

Sra. Carolina – Ainda vai ter outras duas pautas deliberativas que...

Sr. Leonel Arruda - Eu entendi que... é, eu entendi que como tem outras 2 pautas deliberativas que não podem atrasar, essa aqui é só informativa e ia sendo iniciada.

M1 - Acho que é melhor esperar, hein, pessoal.

Sr. Leonel Arruda - É, então vamos esperar um pouquinho. Vamos tomar um café.

Sra. Carolina – Gente, é o seguinte, uma questão de ordem. Eu fui lá falar com a Camila, a Camila está num encontro rápido com conselheiras do CAU/BR, e ela pediu pra esse ponto ser apresentado pelos assessores Joyce e Leonel, porque é um ponto informativo sobre ações que já estavam avançando. As outras pautas deliberativas a gente vai fazer mais pro final e ela vai estar aqui, não tem problema. Queria saber se tudo bem a gente avançar dessa forma?

Vice-presidente - Carol. Carol, aqui não é o puxadinho da casa de ninguém, aqui é uma instituição, aqui tem uma hierarquia, aqui tem hierarquia. Eu gostaria que o jurídico se manifestasse, a hora que a hierarquia não estiver presente, quem é a próxima hierarquia dessa instituição. Pode não ser deliberativa, pode ser deliberativa, eu tô perguntando a hierarquia do Conselho.

M2 - Apresentar o Conselho-Diretor não tem substituição, não tem substituição porque a presidente tá presente no CAU. É só pra adiantar a reunião que ela pediu pra que continuasse a exposição, ela não foi embora.

Vice-presidente - É, mas ela não...

M2 - Então eu entendo que não haveria problema de os funcionários irem expondo, até o retorno dela.

Vice-presidente - Mas isso não pode acontecer.

M2 - Bom, já expus a minha opinião pro Conselho, o Conselho resolve.

Vice-presidente - É.

Sr. Ricardo - Posso fazer uma sugestão de encaminhamento Andréia, Carol, Samira? Na ausência da Camila, você toca esse próximo ponto, por favor.

M2 - Sim, eu toco o próximo ponto. Eu só tô falando que é um desrespeito da nossa presidenta fazer uma coisa dessa, pedir pra um funcionário tocar uma reunião, sabendo que eu estou presente aqui na instituição.

Sr. Ricardo - Não, então.

Vice-presidente - É isso que eu gostaria que isso fosse constado em ata. Já não é a primeira vez que a presidência faz um negócio desse, é um desrespeito, tá. Eu sou a vice-presidente desse Conselho, eu não tenho problema nenhum de tocar a reunião.

Sr. Ricardo - Por isso que...

Vice-presidente - Eu acho que tem que ser um diálogo dentro dessa instituição, mas não nesse desrespeito.

Sr. Ricardo - Por isso a sugestão. Eu acho que faça... é, faça o uso da prerrogativa da vice-presidência.

Sra. Amanda - Questão de ordem. A sugestão do Conselheiro Ricardo foi aceita? Foi acatada? A gente vai seguir como? OK. E podemos, tendo quórum e tendo já dado o horário a gente pode continuar? Presidente da sessão.

Vice-presidente - Novamente eu volto e coloco aqui, que pra abrir ou encerrar, a gente tem uma hierarquia. Então eu gostaria que constasse em ata que a Conselheira Amanda, tá, desrespeitou essa hierarquia. Eu vou conduzir. Eu vou conduzir. Eu vou conduzir isso, eu vou conduzir isso.

Sra. Amanda - Eu não entendi por que que eu desacatei? Eu tô perguntando se a gente acatou a questão do Ricardo, se iremos seguir ou não a partir da nova presidente colocada em exercício.

Vice-presidente - Amanda, eu estava com a fala aqui. Eu parei um pouco pra refletir.

Sra. Amanda - Ah, tudo bem então. Era só essa questão de ordem. Tudo bem.

Vice-presidente - Mas eu gostaria que colocasse em ata esse desacatamento da Conselheira. Conselheira, fala no microfone. O microfone, por favor.

F1 - Eu gostaria só de salientar que eu não vejo um desrespeito da parte da Conselheira Amanda, no caso aqui, porque o Conselheiro Ricardo fez uma sugestão da reunião continuar com a vice-presidente tocando a reunião. Não houve uma resposta naquele momento, todo mundo foi tomar um café e tudo mais e a Conselheira Amanda só fez uma pergunta: “A consideração do Conselheiro Ricardo foi acatada ou não? Vamos seguir ou não com a reunião”? Era só um questionamento. Eu não vejo que isso é um desacato e simplesmente isso.

Vice-presidente - É, eu volto a falar. O Conselheiro ele pediu pra que eu conduzisse a reunião, eu fui tomar uma água, eu não respondi nem que sim, nem que não e a Conselheira pegou o microfone e pediu pra conduzir e ainda referendou se o que o jurídico tinha falado todo mundo acatava.

F1 - Não, ela perguntou do Conselheiro...

Vice-presidente - Ela perguntou e alguns de vocês responderam sim.

F1 - Tá.

Sr. Ricardo - Eu sou o Ricardo. Eu sou o Ricardo, eu havia sugerido que nós, se a gente poderia seguir...

Vice-presidente - Eu confundi, mas, exatamente. Eu não te respondi porque eu estava bebendo.

Sr. Ricardo – Não, mas tranquilo. Vou fazer a sugestão novamente. Se poderia apresentar o próximo ponto, que aí já segue. Por favor.

Vice-presidente - Tranquilamente. O que não pode é o desrespeito à hierarquia. Nós temos uma hierarquia aqui dentro desse Conselho e eu gostaria que constasse todo esse registro em ata.

F1 - Eu gostaria que constasse a minha reivindicação de que Amanda não fez nenhuma... é, eu gostaria que constasse em ata também que o posicionamento da Conselheira Amanda não teve nenhum desrespeito em relação à condição dos trabalhos, foi simplesmente um questionamento de Conselheiro, assim como eu poderia ter feito.

Vice-presidente - Mas tem uma mesa presidindo.

F1 - E você responde agora.

F2 - Gente, vamos só seguir. Vamos seguir, por favor.

Vice-presidente - Pode continuar.

F2 - Posso chamar os 2 assessores pra apresentar a apresentação?

Vice-presidente - Sim.

Sr. Leonel Arruda - Bom, pessoal, continuando então. Vocês acompanharam que tem uma sugestão de adiamento da Conferência que foi aprovada no Conselho Nacional das Cidades, mas a orientação geral é de não mudar todas as agendas já previstas. O governo do estado de São Paulo está aguardando, né, a gente consultou o governo do estado de São Paulo, aguardando um posicionamento oficial que ainda não existe, né, não tem uma nova portaria de calendário da Conferência. Então o governo está esperando essa portaria sair, pra ver o que que vai fazer. Pode ser que ele seja forçado a adiar a Conferência que tava prevista pra 5 e 6 de julho, porque vários municípios eu acho que vão pressionar pra, já que tem mais prazo na nacional, que possam usar esse prazo. Então vamos lá pra um panorama do que que foi feito até aqui pela gente. Aqui só um retrospecto, né, então a Portaria Federal que convocar a Conferência, tem lá o calendário, a gente já discutiu isso aqui, não vamos repetir. Mas é só pra referenciar e todo mundo ter na cabeça os calendários até aqui, né, se eles vão mudar ou não a gente ainda não sabe, mas até aqui é o que tem. E a convocação da Conferência Estadual, tem ali os *links* caso alguém queira os materiais, seja das orientações federais, seja das orientações estaduais. E o prazo para as Conferências Municipais, por enquanto, é convocar até 15 de junho e realizar a Conferência até 30 de junho. Aí a gente queria

trazer o informe de que a Comissão Organizadora Estadual, né, junto com o governo do Estado finalizou uma cartilha de orientação aos municípios, tem ali um texto base estadual que complementa o texto base nacional, traz algumas questões locais. Então essa cartilha tá disponível... oh André, você volta só um pouquinho pra eu falar do *link*. Tá disponível ali naquele *link*, agora que eu vi que não foi o *link* ali, né, foi só o direcionamento pro *link*, mas a gente coloca na pasta, já tá na pasta essa apresentação. Vocês podem acessar a cartilha do governo estadual então de orientação pras Conferências. Joyce vai me completar aqui.

Sra. Joyce Reis - Acho que seria importante, o Conselho, a gente vem pensando maneiras, né, que o Conselho vai tomar em relação à posição dos arquitetos, e essa cartilha ela já entra em conteúdo, né, ela levanta temas. E, por exemplo, a gente identificou que não há o tema “patrimônio histórico” na cartilha. Então assim, acho que seria importante a gente juntar esforços em questão de conteúdo, né, pensando em relação às comissões principalmente, observar o conteúdo dessa cartilha pensando que que é, o que vai ser chegar propostas das municipais e que vão formar uma proposta da estadual, pra levar pra nacional. Então acho que é um momento importante de conteúdo, o Conselho se apropriar disso, inclusive com uma visão qualitativa e crítica em relação a isso. É uma complementação importante, acho que eu gostaria de fazer, de todo mundo ter ciência.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) - Agora fiquei com uma dúvida, assim, pode ser uma pergunta até meio inocente, não sei se essa é a palavra, mas de quem tá chegando. Eu queria entender como que a gente atua dentro dessa Conferência, se a gente atua junto com os municípios? Como que é a atuação? Porque assim, a gente tem tratado esse tema e eu gostaria de entender em qual âmbito o CAU atua dentro das Conferências da Cidade. Porque eu participo de uma e na cidade na qual eu moro hoje, que é Mairiporã, eu vou estar participando. Então gostaria de entender, como Conselheira, e se envolve alguma outra questão ou se como CAU a gente tem já alguma atuação lá dentro. Porque se eu poderia atuar como munícipe?

Sra. Joyce Reis - Conselheira Mel, a gente tá, né, o CAU vem, a partir do anúncio da Conferência, fazendo uma série de movimentações, né, a primeira delas foi o CAU entrar na Comissão Organizadora da Estadual pra participar de todo o processo desse desenho

que tava acontecendo, e na parte das municipais, a gente entrou com uma forte, unindo forças pra mobilização dos municípios: pra que, né, como é que entra? A gente consegue nas municipais eleger delegados que depois vão pra estadual, né. E, em geral, né, a forma como foi estruturado no governo federal, existe um segmento profissional que é onde a gente se encaixa. Então é importante que o Conselho, assim como outras entidades, né, ligadas às benfeitorias da profissão, vamos dizer assim, ocupem essa vaga, porque ela é disputada em relação aos outros segmentos profissionais, né, engenheiros, tem outras categorias que tão ali também. Então é importante sim, que exista, né, esse momento nas municipais com força, nos vários tipos de municípios, que eu acho que isso também é importante a gente enxergar, né, desde de municípios maiores, médios e pequenos pra conseguir as pautas também serem levadas no âmbito estadual, pra conseguir na estadual entrar com força e com essas pautas. Porque depois isso entre os estados também sobe pra federal, né. Então entendo que o Conselho pode sim, que a gente agora vai mostrar um pouco dos resultados na mobilização que a gente fez, enquanto categoria. Não sei se vocês lembram, a gente disparou um formulário pra todos os Conselheiros, pra que eles se inscrevessem como representantes nas municipais. E agora a gente tá numa etapa que vai pra categoria arquitetos, mas também representando o Conselho. Acho que a gente vai mostrar aqui, se você tiver com alguma dúvida ainda em relação às etapas, a gente vai complementando, tá bom.

Sr. Leonel Arruda - André, você passa pro próximo. Só pra complementar. A Joyce falou bastante da participação como delegado. Tem uma outra forma de participação, pra complementar a Joyce, que a gente tá sendo acionado, que é na composição das Comissões Organizadoras Municipais. Na prática tem 3 formas que a gente tá sendo demandado pra participar: uma é Comissão Organizadora; outra é eleição de delegado; e a outra é como palestrante em algumas conferências pra qualificar o debate, o que é muito bom pra nós e é isso que a Mel foi fazer, quando acabou a conferência uma pessoa... eu tava na reunião da Comissão Organizadora Estadual, uma pessoa saiu de lá e foi pra reunião da comissão e disse que você fez uma palestra muito boa lá comissão. Então eu já aproveitei e falar: "Tá vendo, ó, o CAU tá contribuindo com a organização das conferências". Mas tem outros municípios que nos solicitaram a indicação de palestrantes e aí a gente tem tentado indicar os Conselheiros do município. Então pra

participação tanto como palestrante, como nas comissões organizadoras, como delegado, é preciso que as pessoas vão munidas, né, de uma indicação formal do CAU, até pra usar esse lugar de Conselho, de entidade representativa dos profissionais. O que esse slide vai contar, é um pouco desse processo. Então a gente primeiro fez uma discussão aqui, no CDI e no Fórum de Comissões, sobre quais estratégias a gente adotaria. Não sei vocês lembram dessa discussão, mas foi um dia que a gente dedicou bastante tempo pra discutir essas estratégias. Então das estratégias que foram definidas, algumas já foram encaminhadas. Então tem um envio de uma carta do CAU pra todos os prefeitos reforçando a importância de fazer a conferência e reforçando o papel dos profissionais de arquitetura e urbanismo lá das cidades na construção das conferências. Essa estratégia foi feita junto com o CEAU, que também deliberou por um vídeo de mobilização que já, enfim, tá no ar aí estimulando todo mundo a participar das conferências. E depois a gente iniciou um processo de mobilização dos Conselheiros pra participação nas Comissões Organizadoras Municipais e eleição de delegados. A gente recebeu resposta de 20 Conselheiros que disseram: “Olha, eu quero participar aqui no meu município como comissão organizadora ou como delegado” e a gente já encaminhou esses ofícios, então já tem vários Conselheiros que já tão atuando nas conferências. A gente combinou que agora a gente vai fazer uma chamada mais aberta pra arquitetos, pra profissionais de arquitetura e urbanismo, no geral, poderem ser indicados pelo CAU pra estar nesses espaços, já que os municípios que os Conselheiros não responderam, né. Diga Aline. Dá tempo. Dá tempo, o formulário tá aberto. Não recebeu? Vamos ver isso. É pra ter ido um e-mail pra todo mundo, mas a gente revê. Qual é o critério? Enquanto a gente receber indicações, né, e pedidos de representação dos Conselheiros, isso vai ser priorizado. Só que já tá num momento que a gente tem cidades sem ninguém e as conferências rolando, então a gente quer indicar outros arquitetos pra que tenha mesmo participação da arquitetura nas discussões. Então é bom que venha o quanto antes. A gente tinha combinado o prazo do dia 15 pra mandar pra todos os arquitetos, já passou, mas a gente ainda não mandou porque tem Conselheiro ainda mandando, então pra priorizar essa participação dos Conselheiros, a gente ainda não soltou. Então dá tempo, mas a ideia é que agora vá pra todos os arquitetos. Deu pra entender a diferença? Deu, né.

Sra. Joyce Reis - Só pra complementar. Assim, então a gente tá tentando por essas várias frentes, né, então os Conselheiros que querem se candidatar pra representação, os arquitetos, as prefeituras. E isso não fica estaque a esses fóruns. Por que? Porque, né, a gente oficiando uma prefeitura é importante que tenha uma mobilização social que vá cobrar aquilo da prefeitura, né, então a gente tá fazendo uma parte, então seria importante que a categoria, né, fosse lá: “Olha, prefeitura, você recebeu um ofício. Quais as providências que você tá tomando para a realização da conferência”? A gente tava nessa toada por conta do tempo, né, o prazo que foi, foi bem curto, né, então encerrando 30 de junho, né, então já seria, tá super em cima. Mas agora com essa questão de um possível adiamento, a gente, a prerrogativa é que não se afrouxem as datas, né, então vamos manter. Se os municípios já tavam se mobilizando, continuar, e a cobrança também continuar porque acho que é o processo de debate que acho que é importante da gente se colocar enquanto categoria. Então fica contínuo essa questão dos Conselheiros poderem, agora os arquitetos é que vão saber que podem ocupar esses espaços e essa interação com o município ela é super importante, né. Agora a gente tá num momento de pensar essa estruturação em relação aos escritórios também descentralizados pra dar um suporte. Agora o Leonel, se quiser...

Sr. Leonel Arruda - Não, eu ia falar pra você falar. Já tá publicado aí os 20 municípios onde Conselheiros pediram indicação, e somado aos de baixo, dá 45 que são os que a gente tem notícia de que convocaram conferência. Então essa lista de baixo são os municípios que a gente ainda não tem representação e que chamaram conferência.

Sra. Paula - Posso fazer uma sugestão? Acho que esse e-mail, ele acabou se perdendo, acho que foi uma comunicação pela emergência aí o tamanho da coisa que é, né, eu sugiro que vocês façam um... soltem um informe no WhatsApp mesmo: “prazo até o dia tal”, e com essa lista, né. Uma coisa assim: “Conselheiro, você quer participar da Conferência das Cidades indicado pelo CAU? As cidades tal, tal, tal, não temos representantes. Cadastre-se aqui”, né, acho que precisa de uma comunicação mais direta com relação a isso, né.

Sra. Joyce Reis - A gente recebeu essa lista bem recente, Paula, o que a gente fez agora foi cruzá-la com aonde temos Conselheiros, a gente já identificou 9 municípios desses

daqui de baixo, aonde a gente tem Conselheiro e que daria pra ter uma representação oficial, né.

Sra. Paula - Mas seria legal listar o que não tem, que eu acho que a gente tem Conselheiro de cidades do estado inteiro, né. Se ele não tem, tem alguém que indica, né. Eu acho que essa comunicação do prazo, isso ficou, foi no meio de todos os outros e-mail's da gente, né. Acho que seria importante uma coisa mais direta.

Sra. Joyce Reis - Paula, eu acho que é interessante até você comentar isso, depois eu passo o microfone pra Samira que tinha pedido. Porque eu acho que é isso. A gente tá mandando um e-mail, esse tipo de e-mail por e-mail, né, de repente eu acho que a gente pode fortalecer no grupo do WhatsApp, que tem uma comunicação com Conselheiros falando ó: "lh, tem um sumário". Eu não fiz pra essa, mas pra última eu coloquei uma tela, não sei se vocês lembram. Falando assim: o que que solicitamos de apoio pra vocês? Porque muitas vezes você tem que dar tipo *feedback* ou comentários sobre coisas do CAU/BR ou coisas nesse sentido. Então fica muito picado. De repente ter um, mandar sempre e-mail e WhatsApp e aí ter um sumário, sei lá, sabe, no meio do mês sobre coisas que solicitamos ou que estamos esperando resposta dos Conselheiros assim, pra melhorar. Porque eu sei, são muitos e-mails, mas é como a gente tem feito essa comunicação. A gente pode pensar em melhores, mais de um espaço.

Sr. Leonel Arruda - Não, beleza. E dá pra fazer uma comunicação direta mesmo, identificar Americana e falar com Americana.

F3 - Leonel, mas é importante essa sugestão da Paula, porque como a gente tá com o prazo, então a gente faz as 2 coisas.

Sr. Leonel Arruda - Tá bom.

M3 - Deu uma sugestão também, né, se puder. Normalmente em todas as Conferências da Cidade os arquitetos, a gente se organiza não só pelas entidades, pela representação que a gente consegue ter em torno do estado de São Paulo pelo menos, mas eu acho que era importante o CAU também fazer gestões junto com as outras entidades de arquitetos do estado, pra que a nossa representação seja grande, tá. A gente tem participação em vários, eu não sei como é que chama, mas várias áreas de que podem ter arquitetos representantes. Têm na área institucional, na área de entidades, na área...

uma série de áreas que a gente pode ter representação. Então acho que vale a pena a gente não trabalhar sozinho, mas junto com as entidades pra que a gente possa levar o maior número possível de arquitetos, pelo CAU, pelas entidades, pelas escolas, por uma série de áreas, eu acho que vale a pena a gente se unir pra ter uma representação grande arquiteto aí no Conselho das Cidades.

Sra. Joyce Reis - Conselheiro, pra consonar com essa indicação, a gente a primeira estratégia que a gente tomou foi via CEAU, né, via o Colegiado das Entidades, então o Instituto de Arquitetos do Brasil, SASP, AsBEA, inclusive o vídeo que foi circulado nas redes sociais foi mostrando que entendemos como categoria, né, não só o Conselho, mas como a categoria de profissionais de arquitetos urbanistas. A gente começou agora recentemente um mapeamento das associações, que são de engenheiros e arquitetos, em geral, no interior tem, funcionam bem forte também, pra conseguir entender como também imobilizá-lo. Diz eles que estão bem próximos também dos arquitetos, então como acionar, né, a gente já tá num levantamento de contatos com isso pra como acionar isso também pra ampliar essa estratégia que começou via CEAU.

Sr. Leonel Arruda - E... ah, tem inscritos. Desculpa.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) – Não, a minha dúvida é assim, eu concordo de ter a comunicação pelo WhatsApp, pelo grupo dos Conselheiros, mas eu acho que é importante manter o e-mail também assim, eu acho que eu manteria os 2 canais. Porque a gente sabe que nem todos os Conselheiros estão no grupo e também que nem todos os Conselheiros têm o e-mail, né, a gente sabe que temos um problema ainda com os e-mails do suplente, de repente o titular não está na cidade, mas o suplente está. Então eu acho que seria importante ter por e-mail. E aí a outra coisa é se essa cartilha, a cartilha pra participar, se a gente tem ela aqui no CAU? E se essa cartilha é que os Conselheiros devem seguir ou se a gente tem alguma recomendação de como os Conselheiros podem atuar nessa conferência? Tem alguma indicação? Também queria saber nesse âmbito assim, o que envolve.

Sr. Leonel Arruda - A cartilha do governo do estado, ela orienta os municípios sobre como organizar a conferência. Acho que dá um bom panorama. Como o CAU atuar, a gente ia começar agora isso, um ciclo de coisas mais de conteúdo, até aqui foi, até o próximo slide não sei se o André... é um pouco sobre os próximos passos e agora a ideia

é atuar um pouco mais na esfera do conteúdo. Porque até aqui foi muito focado a mobilização. Então acho que vai rolar sim, Mel. Mas, beleza. E a sugestão da Paula, eu acho que tem a ver com uma conexão mais direta mesmo com os municípios que têm Conselheiro que chamaram conferência, né, que eu acho que dá pra fazer. Só rapidamente aqui pra gente passar por esse último slide, aí a gente ouve quem mais quiser falar. Então tem uma próxima etapa de criação de uma página, o pessoal da Comunicação tá criando uma página específica dentro do *site* com materiais de orientação para a conferência. Então tem um *site* quase pronto pra gente ir colocando lá as questões que tem a ver com a arquitetura, isso que a Mel falou. Mais uma tentativa de mobilizar os Conselheiros, né, então acatando a sugestão da Paula. O envio do formulário pra que outros profissionais de arquitetura e urbanismo possam participar representando, obviamente, profissionais cadastrados no CAU, em dia com o CAU, possam participar representando o CAU aonde não tem Conselheiro. Envio de mais materiais e acompanhar um pouco a atuação do pessoal nas conferências. E continuar a atuação na Comissão Organizadora pra contribuir com a organização da conferência estadual, que é algo que a gente vai continuar fazendo. E só pra acabar, sobre essa questão do conteúdo. Então como agora a ideia é disparar mais conteúdos, cartilhas, cartilhas prontas, não vamos elaborar material, mas orientar conteúdos pra conferência, a gente recebeu também um e-mail da Cathis já levantando algumas dessas questões e sugerindo algumas pautas que sejam prioritárias na conferência. Se alguém da Cathis quiser depois...

Vice-presidente - Já tem. A Samira tá inscrita. Depois a Adriana, de Comunicação.

Sra. Samira - A gente levantou acho que dois pontos priori(descontinuidade)... três, na verdade. Um de uma ação que a gente tentar disponibilizar o guia. Fiz pros municípios, que eu não sei como que tá de reserva pra gente pensar se tem suficiente, o físico, pra gente poder talvez deixar com os Conselheiros que forem, poder entregar em mãos, tentar falar com um Secretário ou outro, tentar fazer uma ação nesse sentido. O outro aí vai numa parte de criação de programa mesmo, que pra nas municipais a gente tentar levar a ideia de uma regulamentação de um programa de Athis nos municípios; e pra estadual, que a gente tinha levantado aqui na oficina, mas que na Cathis a gente deu uma discutida e só uma ampliada assim na ideia, que era de propor mesmo um

programa estadual de Athis, mas pensando num fundo e num Conselho associado pra esse programa. Então era isso que a gente levantou na Cathis, que a gente levou à discussão porque foi legal a daqui, só que eu não tinha discutido nada isso pro grupo. Então a gente levou e trouxe mais esses pontos.

Sr. Leonel Arruda - Não, perfeito. A ideia agora é trabalhar com conteúdos. Assim, aí tem um detalhe, né, se o calendário realmente for ajustado pra 2025, a gente vai ter um ano de discussão de conteúdo. Então também... o Conselho Nacional das Cidades usou como justificativa a questão do Rio Grande do Sul, a gente no começo aqui tava conversando sobre isso, né, tem uma hipótese de que encavalou: Rio Grande do Sul, com uma eleição. Então assim, se adiasse um mês ia cair tudo em época de eleição. Sei lá se tem a ver com isso. O fato é que eles tão propondo um adiamento e não é um adiamento pequeno, né, se ele vai pra abril de 2025 as municipais, então aí a ritmo de produção de conteúdo, a capacidade nossa de articular tudo isso vai ser muito maior. Então quando começou a surgir, né, na semana passada a discussão do adiamento, então a gente também falou: “Olha, se conseguir, se for adiar mesmo, a gente tem condição de fazer debates muito mais profundos”. Mas a ideia agora é de entrar numa fase de conteúdo. E eu só queria destacar uma questão que a Samira falou, que eu tô sentindo muito na Conferência Estadual, na cartilha do governo estadual, que é uma ausência mesmo de pautas estaduais. E eu acho que isso é um papel que o CAU deveria cumprir, inclusive na participação das municipais, porque tem o debate municipal, mas não tem muitos subsídios pro debate estadual, né. A gente não tem Conselho das Cidades no estado de São Paulo, por exemplo, ainda. Então eu acho que vai ser importante contribuir com esse tipo de pauta, de um programa estadual de Athis, pautas que sejam estaduais. Ah, tem gente inscrito. Desculpa. Quem é?

Vice-presidente - Conselheira Adriana, por favor.

Sra. Adriana – Não, eu queria falar pra complementar o que o Gilberto falou pra gente poder ampliar esse engajamento, também seria importante a gente envolver as regionais algum mecanismo, né, de estratégia que as regionais pudessem usar pra poder envolver cidades importantes que eu até não vi na lista, como Araraquara, São CAUos, Franca, Piracicaba, Pirassununga. Então acho que ainda existem muitos municípios importantes que precisariam estar engajados nesse movimento.

Sra. Joyce Reis - Conselheira, a gente começou esse processo agora olhando por regional, a partir dessa primeira lista e identificando, a gente até tinha comentado na última reunião de identificar 3 ou 4 municípios chave na região pra conseguir, né, ter uma cobrança um pouco mais de perto da realização da conferência, né. Então estamos nesse momento agora de começar essa aproximação com os escritórios regionais, a partir do que foi uma iniciativa dos próprios municípios, né. Então agora nesse momento mais ativo, eu diria assim, né.

Sr. Leonel Arruda - Tudo bem? Chega? Ah, mais um.

M4 - Só uma questão. Não é, nesse sábado dia 25 vai acontecer a Conferência Municipal de Piracicaba. Essa tá confirmada já pro sábado.

Sr. Leonel Arruda - Araras, Ubu, esqueci o nome inteiro do município, e já fizeram, Itaquaquecetuba tinha feito antes do prazo, a Comissão Estadual tá discutindo se valida ou não a conferência deles, tá uma confusãozinha lá, mas enfim. Precisa só, rapidinho sobre isso. Assim, a Bahia fez 60 conferências municipais antes da publicação da nacional, porque já tava anunciado que ia e o Conselho Nacional das Cidades atrasou, então era pra sair em novembro, saiu em março. Então vários municípios fizeram, Itaquaquecetuba foi um deles que tinha uma agenda própria, fez e agora tá uma discussão de validação ou não. E Piracicaba então é a próxima, que legal. A gente acha que já tem alguém indicado lá, né, é você? Não.

M4 - Não, que eu vou estar em Campinas, na PUC, numa ação de acolhimento. Mas eu posso tentar identificar se tem alguém indicado lá.

Sr. Leonel Arruda - Certo. Assim que sair então essa confirmação ou não do adiamento, muito provavelmente tenha uma convocação extraordinária da Comissão Organizadora pra avaliar se o estado de São Paulo vai adiar junto com a nacional. Assim que sair a gente comunica vocês e aí, enfim, a gente vai pra essas próximas etapas, se alguém quiser falar com a gente diretamente, né, telefone, e-mail, dá um toque, a gente vai ajudando aí no que puder.

Sra. Joyce Reis - Acho que só pra reforçar os encaminhamentos, tava conversando aqui com a Carol. Então as questões de retomar o e-mail e formas de comunicação com os Conselheiros, pra aqueles que não receberam o formulário, né, incluindo o WhatsApp

também como uma forma de comunicação, além do reforço no e-mail. Ampliar as estratégias de comunicação, aí a gente pediria que a gente tá usando outras formas, uma delas é as redes sociais. Então se vocês puderem também compartilhar o vídeo que foi feito, né, nesse momento agora que a gente vai mobilizar também os arquitetos, acho que seria legal, como Conselheiro, né: “Você que é arquiteto e está aí acompanhando, veja a iniciativa do CAU. Você pode, inclusive, né, ir representando o CAU no seu município”, acho que seria importante como Conselheiro se aproximar do arquiteto, que já é uma, né, questão colocada o tempo inteiro pelo Conselho. Em relação aos pontos de conteúdo, né, acho que a gente já pra uma próxima reunião consegue trazer, recebendo alguns suportes das comissões e a gente avançando em relação à temática, a gente já também poderia pensar isso como uma possível deliberação de pelo menos reunir. Aí sobre a questão que a Samira colocou em relação aos materiais, a gente tava avaliando em relação aos conteúdos, mas pensamos também que a forma dos QR code, de uma forma organizada também, já é minimamente você consegue acessar um pouco mais rápido esse conteúdo, né. Então a gente tava pensando junto com as pautas, colocar os QR code dos materiais que já estão prontos pelo CAU, por exemplo, os Athis, junto com a pauta ligada à habitação. Então também já é uma forma. E pra isso, essa questão da página é importante, né, a gente tá com o pessoal da Comunicação reunindo esses conteúdos num lugar só, minimamente, pra conseguir direcionar quando, né, alguém se interessa pelo assunto aonde ele encontra, né. Então inclusive estamos conseguindo trabalhar uma forma de você conseguir, por um mapa, ver quais os municípios, né, já apresentaram conferência, quando vão ser as conferências, pra conseguir uma forma um pouco mais interativa. Então acho que isso fica como encaminhamento, em relação a todos os pontos colocados e as regionais.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) - Eu gostaria de fazer uma última sugestão. Desculpa, gente, que o assunto pra mim eu acho que é importante. Da gente pedir pras comissões fazerem essas indicações de como, relacionado à temática da sua comissão, é claro, assim como a Cathis fez sugestões de como poderia atuar ali dentro da conferência, se as comissões pudessem ter, né, essas indicações de como, acho que poderia colocar. Porque dentro da CPAF, a gente tem alguns pontos que poderiam, que podem ser tratados dentro das conferências, né.

Sr. Leonel Arruda - Se adiar o prazo, acho que a gente vai conseguir fazer isso com muito mais qualidade. Passar pelas comissões, as comissões trazerem contribuições, até protagonizar a elaboração dessas discussões, aí eu acho que vai rolar bastante. A gente tava com muita pressa, porque as conferências tavam acontecendo, né. Então eu acho se adiar, acho que vai dar para ter mais qualidade nesse sentido do processo que a Mel sugeriu.

Sra. Joyce Reis - Só queria reforçar aqui, se alguém quiser mais informação a gente tem todas as apresentações, até as deliberações das pautas temáticas que a gente fez numa pastinha. Quem não tem acesso a essa pastinha, e eu acho que eu vou colocar o *link* do *drive* nosso no grupo de WhatsApp também, porque aí fica fácil pra todo mundo acessar. Aí as pautas CD, FCom, blá-blá, que tá tudo lá, que a gente vai populando, tá bom. Valeu.

Vice-presidente - Coordenadores, antes de eu passar a palavra pra presidente, alguém quer mais fazer alguma colocação nessa pauta? Bom, eu gostaria que ficasse registrado, antes de eu passar essa palavra pra presidente, ao contrário que afirmou o nosso jurídico, eu gostaria que registrasse o que tá escrito no regimento interno na nossa ata de hoje. “Artigo 170: o presidente será substituído nas suas faltas, impedimentos e licença pelo vice-presidente, no exercício do seu cargo. Parágrafo primeiro: na ausência do presidente ou do vice-presidente, assume os trabalhos um dos coordenadores de comissão membro do Conselho-Diretor, de acordo com a conveniência e por decisão do presidente. Artigo 190: os trabalhos do Conselho-Diretor serão conduzidos pelo presidente ou na sua ausência ou impedimento pelo vice-presidente. Parágrafo único: na ausência do presidente ou do vice-presidente, assumem os trabalhos um dos coordenadores de comissão membro do CD, de acordo com a conveniência do presidente. A ordem dos trabalhos... artigo 195: a ordem dos trabalhos, das reuniões, obedece a regulamentação estabelecida pelo funcionamento de comissões ordinárias com as devidas adaptações”. Senhora presidente, eu passo a palavra pra senhora.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Queria só externalizar pra todos que 5 conselheiras federais pediram pra fazer uma visita de cortesia, o bom senso institucional, né, nos exige atender o pedido de 5 conselheiras federais, elas mandaram um abraço pra todo o Conselho-Diretor do CAU/SP. Eu vou seguir no mesmo ponto de pauta, que é a atualização do Fórum dos Presidentes. Na verdade, eu falei já alguma

coisa, né, a gente eu só queria informar a pauta pra vocês. A gente enviou no grupo pra que vocês tomassem conhecimento. A gente, na verdade, esse fórum ele tá mais curto porque ele é de 1 dia só, em geral o Fórum dos Presidentes, ele leva 2 dias de reunião. Mas aqui em São Paulo, em virtude dos muitos eventos que estão acontecendo concomitantemente, o que nos leva a precisar ter bom senso e decoro institucional, a gente vai ter só um dia de reunião com 2 pontos deliberativos. Um, são as contribuições... na verdade, não são deliberativos porque o fórum não é deliberativo, mas a gente sempre encaminha a partir de um processo de discussão, algumas coisas pras comissões do BR, que são de mérito. Então o primeiro ponto são contribuições ao texto da carta dos candidatos às eleições de 2024, que de algum modo se relaciona com o que a gente estava discutindo agora aqui, né. Essas contribuições também serão discutidas pela CPUA, que se reúne amanhã. Aqui pelo CAU/SP, toda CPUAT vai participar desse encontro. Também os coordenadores da CPC, da CAC e da mobilidade urbana, foram convidados a participar, porque no BR essas temáticas todas estão reunidas na CPUA, né, na Comissão de Política Urbana e Ambiental. Então a CPUA, ela abriu um processo de recolhimento de contribuições, o Fórum dos Presidentes também vai contribuir. Tem um número de processo, que depois se alguém quiser consultar, nesse processo, na verdade, o que eles fizeram foi concentrar todas as cartas já elaboradas, né, em outras gestões inclusive, porque a gente segue com as mesmas bandeiras, né, a gente precisa fazer as mesmas defesas, então amanhã a ideia é a gente poder reunir também, coletar as contribuições dos presidentes encaminhar pra CPUA, que no período da tarde vai estar fechando esse documento. Isso também é pauta da plenária ampliada que vai acontecer na quinta, então vai ser tudo um pouco na sequência. Vai ser uma carta BR, tá. E o segundo ponto são as contribuições ao Código de Conduta e Decoro do Conselheiro e Membro do Colegiado do CAU. Esse processo também é antigo, né, já vinha sendo formulado, então a gente teve até aprovação disso no BR, depois da suspensão disso na gestão atual, isso foi pras COA's. a COA aqui em São Paulo discutiu, né, a comissão de ética na gestão passada também olhou pra isso, então essas coisas todas foram pro BR e aqui vai ser de novo um ponto de contribuições dos presidentes. Depois a gente tem 4 pontos de informes, como esses que a gente tá fazendo aqui que são atualizações, são formas da gente coletivizar alguns assuntos entre os presidentes. Então o primeiro é uma proposta da CRI/CAU/BR, chamada Arquitetura

com Política, que é uma tentativa de aproximação do CAU com os parlamentares e com os executivos também. Então inclusive já pedi pra que o Leonel, que é o nosso Assessor Parlamentar acompanhe essa pauta. Também o Rafael que é Coordenador da CRI, aqui em São Paulo. A gente vai ter 2 pontos que foram solicitações minha de inclusão na pauta. Apresentação da proposta do projeto específico voltado à mitigação de impactos da emergência climática no Rio Grande do Sul, que eu falei nas minhas comunicações; e apresentação da plataforma de atendimento digital integrada do CAU/SP, aquela mesma que a gente apresentou pra todos os Conselheiros na plenária, na última plenária. Mas junto aos presidentes a gente quer poder fazer essa apresentação como forma de abrir uma discussão sobre aportes ao Fundo de Apoio, que não sejam recursos financeiros, mas que sejam de soluções. Então a gente revisou aquela apresentação, avançou na compreensão do que que significam, né, essas possibilidades de aporte de soluções, sobretudo a partir de São Paulo e eu pedi esse ponto de pauta e devo apresentá-lo amanhã então. E, por fim, é um informe da participação do Coordenador do Fórum dos Presidentes que é o Conselheiro federal, Matusalém, do Tocantins, na 75ª Reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas. Acho que ele deve dar algum informe a respeito dessa participação dele. Então é uma pauta, como eu disse, um pouco mais curtinha, vai acontecer ali no Excelsior, no Hotel Excelsior, né, e aí a gente tão logo termine, eu vou informando vocês sobre os encaminhamentos desse fórum. Tá bom.

M5 - Haverá reunião ainda aqui na nossa Sede ou vai ser agora tudo lá no hotel?

Vice-presidente - Lá no hotel vai ser o Fórum dos Presidentes, a plenária ampliada na quinta e a plenária do BR na sexta. Aqui no CAUSP, depois a gente pode até confirmar agenda, mas amanhã à tarde tem a reunião da CUPA, vai ser aqui ainda. E eu não lembro se tem outra agenda, tem?

F4 - Continua tendo CEP amanhã também.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Amanhã tem encontro da CEP ainda? Esse de hoje, ele vai até amanhã. Acho que é isso, né.

M5 - Então não tem nenhum evento do CAU/BR aqui na quinta-feira aqui na Sede?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Não, não tem. Tem a plenária ampliada, que aí participam os presidentes também lá no hotel. Podemos passar pro próximo ponto.

Vice-presidente - Eu gostaria de fazer uma fala aqui nesse, dos Fóruns dos Presidentes.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Bom.

Vice-presidente - Primeiro eu queria parabenizar a Camila pela organização do Fórum dos Presidentes, realmente é um encontro importante pra todos os CAU's do Brasil, um momento de confraternização e de interação para todos que estão envolvidos nesse processo. Como o CAU é o anfitrião do evento, eu queria saber por que que a vice-presidente não foi convidada para as recepções dos eventos, porque eu faço parte da alta gestão do Conselho. Aproveitando, eu gostaria também de dizer que a gestão do CAU não está dando lugar de fala à vice-presidência. Até agora a presidente não efetivou a Portaria, né, diferente de todos os outros vice-presidentes que já passaram pela nossa instituição. Bom, como uma mulher preta, sinto que está havendo um cancelamento proposital e que isso é muito perigoso, porque até agora isso pode configurar um suposto racismo estrutural. Todos sabem que é comum elegerem mulheres pretas para determinados cargos somente para preencher cotas. Depois de eleitas essas mulheres são totalmente isoladas, colocada de lado, desvalorizadas, apagadas. Negar a humanidade da população negra é um projeto político também forjado na naturalização de uma suposta invisibilidade e normatização do imaginário de que pessoas negras são inferiores ou subalternizadas. O discurso que pessoas negras são indivíduos que devem ser temidos, e por isso sujeito a repressão, está em vários setores da nossa sociedade, assim como o medo que corrobora e incentiva a violência, a tortura, as prisões e os genocídios. E é esse estereótipo criado no período pós-abolicionista que segue perpetuando nas mais diversas esferas, a lógica de exclusão e, conseqüentemente, do extermínio da população negra brasileira. O racismo produz violência física e simbólica e esse é o tema de um artigo que fala do racismo sofrido por arquitetos e arquitetas e urbanista pretos e pretas, supostamente censurado pelo Conselho Editorial da Revista Móbile. Se foi censura ou não, o que vai definir é o nosso departamento jurídico, para quem pretendo encaminhar o caso, já que já solicitei a inclusão do artigo e uma manifestação do Conselho Editorial, que sequer me responderam. Mais uma vez, a vice-

presidente foi ignorada, como fui ignorada hoje nessa sessão ordinária do Conselho, que é do CD. Aproveitando pra solicitar aos senhores e senhoras Conselheiras com atitudes que, supostamente, posso configurar racismo, que é um crime previsto na legislação brasileira, acredito que um órgão tão importante como CAU/SP não deve agir dessa forma. Primeiramente, eu gostaria que a senhora presidente me respondesse por que que eu não fui incluída nas recepções e nos eventos que acontecerão nessa semana inteira do Conselho, sediado aqui na nossa casa? Obrigada.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Porque a organização não é nossa. Simples assim. A organização de todos os eventos é do CAU/BR e a gente segue pelo CAU/SP com a agenda que é pertinente a São Paulo. O espaço de fala foi lhe garantido no início da reunião, você disse que não havia fala a fazer. E eu queria devolver uma pergunta então, senhora vice-presidente, você está acusando o CAU/SP de racismo?

Vice-presidente - Em momento nenhum eu falei que o CAU/SP era racista. Se a senhora ouviu na fala... se a senhora...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Porque, não, porque se a gente...

Vice-presidente - Se a senhora ouviu a minha fala, a senhora entendeu.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Se publicamente você está dizendo haver supostos indícios de racismo, eu como presidente preciso dar encaminhamento, então eu acho que a gente precisa tomar os devidos encaminhamentos e levar esse caso, que é crime, como você mesma disse, para as instâncias corretas.

F5 - Senhora presidente, pela ordem. Acho justo a vice-presidente trazer à pauta...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Não, não é uma pauta.

F5 - Não, é uma pauta. Não é uma pauta, é uma discussão.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - A gente não vai discutir isso aqui, porque é crime e a gente vai pra delegacia discutir isso.

F5 - Não, eu tô pedindo. Eu tô pedindo. Posso? Se a senhora quiser me ouvir.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Eu gostaria de seguir com um ponto de pauta.

F5 - Porque observe, né, ao ponto que a vice-presidente, uma mulher negra tá dizendo isso...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Exato. É gravíssimo.

F5 - É gravíssimo.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - É gravíssimo.

F5 - E aí eu, enquanto mulher preta, coordenadora de comissão, membra desse colegiado, eu gostaria de maiores esclarecimentos. Eu gostaria de compreender...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - A gente vai fazer isso nas instancias corretas.

F5 - ...o que está acontecendo de fato, né.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - A supostos indícios de racismo envolvendo o CAU/SP, nós vamos todos pra delegacia resolver essa questão. É isso que a gente vai fazer.

F5 - Eu acho que pra além, quais as ações institucionais nós estamos adotando pra que fatos como esse não ocorram, né, ou se ocorrerem e a gente tenha ferramentas efetivas de combatê-lo, né.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Não, por favor. Eu vou pedir pra que a gente mobilize o nosso pessoal pra poder apresentar essa denúncia, porque se não há denúncia por parte da vice-presidente, então do contrário haverá contra ela. Então a gente precisa apurar que se há indícios, supostos, envolvendo o Conselho Editorial da MóBILE, a presidência, todo o Conselho, porque racismo inclusive foi apontado como estrutural, e o Conselho-Diretor, os procedimentos que nos levam a poder tocar uma pauta de Conselho-Diretor, então a gente precisa, fora daqui e com muita seriedade, promover as discussões necessárias. Não será no Conselho-Diretor, que não tem esse papel. Isso não vai virar um debate do Conselho-Diretor, a gente dá o devido encaminhamento, inclusive peço que registre em ata também, viu, tudo o que foi dito, todo o texto lido pela vice-presidente, pra gente poder tomar as devidas providências. E eu gostaria, finalmente, de ir ao ponto 4 de pauta, por favor. Então vamos lá. A gente tinha nesse ponto 4 também... esse aqui a gente tava querendo ver se conseguia

deliberar o encaminhamento. A Cathis já tinha procurado fazer uma propositura, né, em relação ao tema, outras comissões também se engajaram com relação a isso. Então diz respeito ao Concurso de projeto envolvendo aqui a área central, né, do município de São Paulo, pra poder acomodar a Sede nova do governo estadual de São Paulo. E aí vocês sabem bem, a gente organizou um ciclo de debates junto com o IAB, né, a gente chamou esse ciclo de debates Projetos e planos em áreas centrais: cultura, moradias, desafios da arquitetura e do urbanismo para uma cidade justa e sustentável. O combinado inicial era que a gente, de algum modo, a partir do CICO subsidiasse com mais qualidade as discussões no âmbito das comissões, de modo a traçar, né, encaminhamentos e posicionamentos do CAU/SP em relação ao tema. Pode passar, por favor. Então aqui eu já falei do título, né, o objetivo foi discutir a produção da cidade enquanto estratégia de construção de um futuro mais justo e sustentável, especialmente o papel contemporâneo dos centros urbanos. A iniciativa é conjunta de 2 instituições profissionais de arquitetura e urbanismo, né, o CAU/SP e o IAB/SP, no sentido de ampliar sua interlocução com a sociedade. Então a gente teve 3 mesas de debate, uma no dia 30/04, a segunda no dia 4/05, que foi aqui no CAU, e 9/05, então a primeira e a terceira na sede do IAB. Todas as falas, né, tudo o que foi dito desde as apresentações até o próprio debate estão disponíveis nesse *link* do YouTube, que é o canal do IAB no YouTube, tá. Pode passar. Aqui só lembrando, né, pra quem não pôde acompanhar. Então a gente teve no primeiro dia participação do Guilherme Petrella; o Pedro Martins Fernandes, da SP Urbanismo; Guilherme Petrella, da Unifesp, tem uma pesquisa bastante densa envolvendo os vários projetos estratégicos já previstos historicamente pra área central; a Neti Araújo, que é coordenadora do MMLJ afiliada à CMP e Assessora da Deputado Estadual, Deputado Estadual Thainara Faria; e a Danielle Santana que é do IAB/RJ, também vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. A mediação foi do Kazuo Nakano, que é professor no Instituto das Cidades da Unifesp e também representante do IAB na CMPU. Pode passar. A segunda mesa falou de instrumentos jurídicos e urbanísticos em confluência na gestão do território. A gente teve a participação da Carmem Silva, do MSTC e também é vinculada ao Insper; a Paula Santoro, da FAUUSP é do LabCidade, professora da FAUUSP e pesquisadora do LabCidade; o Benedito Barbosa, o Dito da OMM, do Centro Gaspar Garcia; e a Mariana Chiesa que é advogada e também promove uma série de modelagens jurídicas junto às

PPP's. A mediação foi da Samira, né, nossa Conselheira, Coordenadora da Cathis e também membro do IAB, no CMH. Pode passar. A mesa 3 falou de territórios centrais em disputa. A gente teve a participação do Lucas Bêda que é do Teatro de Contêiner; o Sidnei Pitta, que é da UMM; a Simone Gatti, que é presidente do Fundo Fica e professora de urbanismo da Escola da Cidade; e a mediação foi do Guido Otero, representante da AUI, Setor Central. Então houveram as apresentações, uma série de debates, todas as 3 mesas foram relatadas, né, tiveram Conselheiros nossos, a Amanda fez a relatoria da mesa 2, a gente teve a Paula Andrade na mesa 1 e na mesa 3 a Amanda também. Então elas foram relatadas, houve transcrição... quase que uma transcrição das falas, né, a partir do vídeo do YouTube, do IAB. E o que a gente fez aqui foi destacar as principais questões que surgiram, não por mesa, mas ao longo de todo esse ciclo de debate que a gente conseguiu promover. Então a gente categorizou em 4 grandes temáticas: a primeira, políticas recentes e transparência, que falou, né, sobretudo da sobreposição de instrumentos e iniciativas, né, as várias PPP's, AUI e Setor Central, Requalifica Centro, enfim, uma série de projetos estratégicos cujas modelagem que preveem a participação, atração do mercado. A produção de mercado a gerando empreendimentos para público de renda média e alta e não atendendo o déficit habitacional, um modelo que desconsidera as pré-existências e se viabiliza exclusivamente pela produção de mercado; a ausência de participação desde a elaboração das propostas, né, tanto da PPP, como do próprio Concurso, etc.; ausência de apresentação dos documentos dos estudos e relatórios da PPP, bem como dos estudos que embasaram o próprio Concurso; ausência de utilização de instrumentos do PDE, né, do Plano Diretor Estratégico, existentes, PEUC, abandono, desapropriação, vários instrumentos foram mencionados nas 3 mesas. Na segunda categoria temática, a gente fala sobre especificidades desse território central, e aí surge com mais força a ausência da Instituição do Conselho-Gestor da ZEIS na área do Concurso; o acirramento do processo de gentrificação de área central; a desconsideração da diversidade social presente no território; o histórico de ações de apagamento da população e problemas existentes; a ausência de soluções para imóveis vazios no centro; a necessidade de moradia pra 60 mil habitantes, incluindo as famílias que não têm capacidade de endividamento; a necessidade de zeladoria e qualificação para quem já mora nesse território. Pode passar. E as outras 2 categorias temáticas, o próprio Concurso, né, Nova Sede do Governo. E aí o que que foi levantado? A ausência

de garantia do direito à moradia para a população local, que não aceita o auxílio aluguel; a ausência de consideração da questão de saúde pública necessários ao projeto pra região central; esse modelo arrasa quarteirão, que já superado, gera impactos inclusive ambientais; o alto custo do projeto, tempo, recursos humanos envolvidos, baixo retorno público, considerando as necessidades de redução das desigualdades sociais; a pouca avaliação sobre a remoção do terminal Princesa Isabel; e a não garantia de execução do projeto ganhador do Concurso no âmbito da PPP. No que diz respeito às vulnerabilidades não retratadas foi bastante mencionado o acirramento dos conflitos sociais, então a dispersão dos usuários de drogas, motivada para causar medo na população local, né, comerciantes, moradores de pensão, futuros moradores de edifícios construídos na região; a criminalização e prisões desmedidas; a população moradora na rua; ausência no cadastro e na selagem oficial; a necessidade de viabilizar formas de morar, para além da propriedade privada unifamiliar; e a ausência de um plano de habitação municipal e estadual, que considere a ampla diversidade de modos de morar. Pode passar. E aí que que a gente tem, aqui, né, como objetivo dessa pauta? Que a gente pudesse discutir qual é o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo diante desses temas, né, diante de toda a discussão que foi promovida a partir do ciclo de debates. Entendendo qual que é de fato o papel de um Conselho de classe profissional, a gente sabe que são muitos os atores envolvidos, né, nesse tema, alguns já mobilizados, alguns já posicionados. E a gente tem a nossa própria missão, a gente tem o nosso papel institucional e a gente precisaria então dar algum encaminhamento, a partir do ciclo. A gente tinha como único encaminhamento previsto o envio, e a proposta é essa, que a gente envie um documento que faça a introdução, né, que que é o app, o que que é o Concurso, porque ficou muito nítida a necessidade de estabelecer essa diferenciação, que que a PPP e o que de fato é o Concurso. Falar sobre o ciclo de debates, né, o que que foi, a programação, objetivo do ciclo de debates. Essa sistematização dos grandes temas, né, e os principais questões que surgiram nesses 4 grandes temas. E anexar na íntegra às 3 relatorias de mesa. E a gente enviaria isso para todas as comissões. Entendendo que todas as comissões podem pegar essa documentação toda, esse material todo e promover discussões que sejam mais afetas aos temas das comissões, talvez existam algumas comissões que não queiram discutir, enfim, não achem relevante participar dessa discussão e a gente deixaria a contribuição

em aberto, mas é um registro. E isso, né, então assim, o que que sai, o que que a gente tira das comissões, que tipo de encaminhamento a gente pode tirar a partir disso? Se a gente vai levar um posicionamento pra ser debatido em plenário e o plenário, né, se coloca então de alguma maneira a partir da contribuição das comissões e do próprio plenário? E que outras ações então a gente poderia, também desenvolver em paralelo, imaginando que um posicionamento em plenário envolveria, pelo menos as próximas reuniões de comissões, né, o que se daria na primeira quinzena do mês de junho; o envio das contribuições até uma data que poderia ser a data do próprio Conselho-Diretor pra que então esse ponto avançasse na plenária de junho, né. A gente não teria condições de fazer isso agora em maio. Aí é o que a gente precisa decidir fazer, né. Isso. Quer falar aqui? Eu vou... não, então é isso, deixa eu só, antes de passar pra Paula, é essa, a pergunta é essa: qual é o papel do CAU? Se a gente vai se posicionar, se a gente pretende incidir no tema? Qual é o tipo de incidência, né, que a gente gostaria de ter, que a gente julga relevante levando em consideração o papel do Conselho de Arquitetura Urbanismo? Então vou deixar aqui um pouquinho aberto pra que a gente possa se inscrever e ver se esse é um encaminhamento válido ou se tem alguma outra proposta de encaminhamento, a partir dessa primeira sistematização do ciclo de debates, tá. Então a Paula pode falar e quem mais quiser se inscrever, por favor.

Sra. Paula - Eu tenho dúvidas se a gente precisa necessariamente de ter um posicionamento do plenário. Eu acho que o registro do debate foi, é muito importante, né. Eu acho que ali, eu acho que o próprio debate que aconteceu já traz questões e já traz um pouco o posicionamento da categoria. Eu acho que apesar do debate ter sido feito em 3 dias por pessoas muito diferentes, existe uma posição, eu acho, da categoria em relação a esse tema. Tanto que vocês conseguiram, de alguma maneira, sintetizar isso nas principais pautas. E eu não sei se a gente precisa de se posicionar, porque se posicionar talvez fosse uma forma de assinar embaixo de um Concurso, que talvez a gente acha que não deve nem ser feito. Então eu tenho dúvidas se a gente precisa de um posicionamento do CAU, no sentido de: somos contra ou a favor. Algo nesse sentido. Eu acho que o que é importante é a divulgação do debate, do registro do debate e essa divulgação do que foi falado ali, eu acho que tem falas muito importantes e que provocam, né, o debate. Acho que isso ser um material de debate, de discussão e de

divulgação do que a gente construiu. Acho que o trabalho nosso da construção do debate já é um trabalho, eu não sei se a gente precisa de um posicionamento, tomar uma posição contra ou a favor, ou ter uma nota ou, enfim, eu não... tenho dúvidas em relação a isso. Eu acho que o registro em si já é um trabalho, que é o debate, né, que é o debate que precisa ser divulgado. É a impressão que eu tenho.

Sra. Amanda – Tem, de fato, né, ler esses relatos na íntegra trazem muitos elementos, trazem muitas informações de diferentes experiências, realidades, tanto pelos coletivos movimentos, quanto dos pesquisadores e, enfim, juristas que atuam sobre a área pela leitura da PPP, do uso cotidiano do centro, dos modos de ocupação, dos modos de moradia, e que eu acho que é difícil a gente sintetizar em uma coisa só que, enfim, dê, de fato, o posicionamento do CAU. Mais uma coisa que ficou muito presente na última fala do Sidnei, na última mesa, foi a relação de aulas abertas pra conscientização e, na verdade, tomada de conhecimento da população que tá ali. Eu acho que o papel das aulas abertas pra que esses debates, né, não ficassem só dentro das casas de arquitetura, né, seja IAB, seja CAU, pra que ele chegasse de fato na sociedade e das pessoas que ali convivem, dos comerciantes que ali estão. Então essas aulas públicas abertas, não sei até que ponto o CAU consegue colaborar, no sentido de ser promotor, eu acho que não é só isso, não é, não basta somente o CAU, mas que a gente não perdesse essa relação institucional construída até agora e se desvencilhasse de um futuro debate, de uma futura panfletagem, enfim, a aula aberta e o que eles estavam propondo a organizar. O Sidnei, né, pela posição que ele tava tomando, convocar as pessoas a participarem, organizarem, enfim, e se disponibiliza pra isso. Mas eu acho que pelos contatos e nomes abertos e a tamanha expressividade de quem foi debatedor nessas 3 mesas, é possível alinhar alguma coisa que chegue, de fato, à população que ali tá sendo afetada e como o projeto, não só o do Concurso, mas o da PPP habitacional, como também os demais do centro, né, todo esse parcelamento, essa fragmentação de projetos que incidem sobre o centro, que a gente não se desvencilhe disso, né, que a gente não se perca desse rumo e dessa forma de atuação com essa população. Se aulas abertas virão a acontecer em uma agenda do CAU? Não sabemos. Mas que a gente não perca esse ponto de contato.

Sra. Samira – Oi. Vamos lá. Acho que esse tema já foi bastante polêmico. Eu só queria relembrar uma questão. Agora tá? Agora tá. Que foi o último CD, não? Penúltimo, né, a gente decidiu que seria discutido no Fórum de Comissões. No Fórum de Comissões a gente discutiu que esse tema seria enviado para as comissões debaterem e não sei se eu comi bola, mas não chegou. É. Não, é que aí seria chegar isso aí pra gente discutir no Fórum de Comissões de maio. Foi isso que foi decidido. O Fórum de Comissões de maio é na próxima semana. Mesmo sem ter recebido na Cathis, a gente já colocou pra pauta dessa semana, porque a gente discutiria pra poder discutir isso no Fórum de Comissões. Então assim, além de me preocupar que não foi seguido conforme a gente decidiu, né, conforme a gente discutiu, me preocupa a morosidade. Eu, sinceramente, eu acho que todo mundo aqui já sabe qual é a minha posição, né, acho que a gente já discutiu aqui nesse âmbito. Eu acho que as mesas mostraram que também acho que vai tudo no mesmo alinhamento, mas eu entendo que talvez o CAU esteja decidindo ficar fora dessa discussão. Porque várias instituições já estão se se organizando e se manifestando contra, né, obviamente contra esse processo. O CAU está se colocando de fora disso, e pode ser uma opção, eu já coloco a minha opinião: eu não acho que o CAU deveria ficar fora. Mas também é isso, eu posso me manifestar fora do CAU, né, cada um também pode pessoalmente fazer o que bem entende. Mas pra mim ou o CAU deveria estar junto com essas instituições, com essas organizações que são parceiras nossas, que são do nosso campo e que, pelo que a gente relatou, elas concordam, elas tão com a mesma visão que a gente tem desse processo, ou a gente tá junto com esses grupos que a gente apoia. Ou a gente deveria usar a importância que um Conselho profissional tem, e de abertura que tem, pra conversar com órgãos do governo pra poder falar isso diretamente, né. Eu acho que a gente tem essa possibilidade de abertura, né. Então eu vejo esses 2 caminhos: ou a gente se juntar com os grupos ou a gente falar diretamente. Só que eu acho que nessa morosidade que vai, a gente tá perdendo o bonde, porque é isso assim, se a gente tá falando de em junho a gente levar isso pra plenária, assim, perdemos já a hora da coisa. E só queria reforçar porque pra, por exemplo, discutir na Cathis, tem a PPP proposta para habitação, eu encaminhei um e-mail. Assim, você não tem esse material disponível, eu encaminhei um e-mail solicitando acho que há 2 semanas, se eu não me engano, e até hoje esse material não chegou. Então assim, é um

desrespeito total esse Concurso assim, a gente simplesmente se abster de pautar e opinar sobre ele, eu acho muito ruim.

Sra. Viviane - Boa tarde a todos. Pessoalmente, né, se a gente for trabalhar do ponto de vista pessoal, eu sou totalmente contra esse Concurso, do ponto de vista da forma como ele foi organizado. Não sou contra Concurso, eu acho que a gente vem, vive uma vida pedindo Concurso pros arquitetos, pros projetos públicos, né. Inclusive o CAU do Amapá fez um trabalho superinteressante junto com o governo do estado, que é fazer uma carteira de arquitetos, de engenheiros do estado, pra que eles pudessem ser chamados pra fazer projetos, né, então a gente não pode ser contra Concurso, mas a forma como ele tá sendo colocado. E aí se a gente recuperar um pouco de todo o trabalho da gestão anterior, né, em função da arquitetura para todos, né, então a gente tem um papel importante do ponto de vista da conscientização, né, do esclarecimento. Então o ponto que a Amanda falou, quer dizer, talvez o CAU fosse esse lugar, né. A gente vive falando, a gente vai pras escolas fazer palestra, falar qual a importância do CAU e tal, qual a importância do profissional arquiteto, a valorização do profissional, enfim. Então eu acho que assim, o Conselho deveria fazer uma ação de ajudar essa população que não tem acesso, né, às informações. Se o CAU não tem acesso à informação, quer dizer, tá difícil a população ter acesso à informação. Então a população não tá sendo chamada, diretamente impactada, diretamente atingida pelo projeto, são quase 800 famílias que vão ser atingidas direta ou indiretamente. Então se o Conselho se coloca como valorização da profissão, que é levar arquitetura pra todos, a gente tem que tomar uma posição positiva, sem nos esquecer da nossa da nossa vocação que é fazer projeto, né. Então a gente tá numa saia justa, né, que é não detonar os nossos colegas do IAB que tão trabalhando pro Concurso e não detonar a categoria profissional na hora que a gente concorda com uma forma como tá sendo colocada, né. O governador vai continuar vivendo no Bandeirantes, porque por segurança ele vai viver lá. É. A gente tem um monte de prédios administrativo... tem um monte de prédio vazio no centro da cidade, aí eu vou detonar uma área toda, igual a Nova Luz, pra mim é o novo Nova Luz 2, eu vou lá, desaproprio tudo, demulo tudo, levo 50 anos pra fazer e as pessoas tão espalhadas por aí, aí a nova Cracolândia 2, sei lá. Então assim, eu acho que na linha do que a Amanda falou a gente ajudar, auxiliar essa população no entendimento do que são essas coisas:

o que que é um projeto, o que é uma PPP, o que são esses instrumentos jurídicos, etc.? Acho que seria importante, né. E buscar junto ao governo do estado a transparência, né, que não tá sendo colocado. É isso.

Sr. Rafael – Bom, eu queria fazer algumas também colocações aqui, um pouco juntando algumas falas, né. Então acho que primeiro assim, o CAU, ele se colocou a favor do debate, né, fizemos 3 debates abertos. Acho que o primeiro papel do Conselho é justamente esse, debater, ouvir as diferentes formas de pensar e isso acho que a promoção desses eventos pelo CAU foi acertado, né. Depois concordo com a Vivi e com Amanda, no sentido do CAU se colocar como um defensor da transparência e dessas populações atingidas, no sentido de mostrar inclusive o papel do arquiteto, né, os direitos dessas famílias, a gente tá falando de direito à moradia, de direito à cidade. Então eu acho que é importante de alguma forma a gente se colocar, e isso não deixa de ser manter o debate, né, aberto, ou seja, trazer outras pessoas, a população que mora lá, enfim. Sistematiza tudo isso porque é um conteúdo que fica. E do ponto de vista da posição, eu assim, com a Samira eu concordo e discordo, porque eu acho que a gente pode buscar um entendimento do CAU ter uma posição, não sei se em relação ao Concurso, mas em relação à defesa, por exemplo, do que foi discutido nos debates e a defesa da transparência, enfim, o que a gente está defendendo acho que dá pra gente avançar. Eu só queria colocar uma questão aqui, que é assim, a hora que a gente tira um posicionamento do CAU, ele deve ser tirado em plenária e acho que o evento que teve do CAU aqui mostrou que o olhar dos Conselheiros todos não é de consenso. Então a gente precisa pensar se, né, o que a gente defende realmente tem condições políticas de ser defendido e aprovado em plenário, porque a gente pode sofrer o efeito contrário, né, a gente teve posições muito díspares. Então esse é só o único cuidado que eu acho que a gente tem, se for nessa linha de construir um posicionamento do CAU, porque a gente pode ter o tiro pela culatra e ter uma posição que depois a gente tenha que divulgar que seja contrária do que a gente pensa.

Sr. Gilberto – Presidente, queria fazer algumas observações. Primeiro acho importante o CAU participar da discussão da cidade. É um papel fundamental, nós somos um Conselho que congrega arquitetos e urbanistas e eu acho que a gente tem que participar um pouco dessa discussão. Mas enfatizar que nós temos que participar como Conselho,

isso aqui é um Conselho, não é uma entidade profissional que tem do ponto de vista de manifestação uma série de questões políticas. Então isso aqui é um Conselho, então a participação dele se dá através disso, num posicionamento como a própria presidente colocou lá a missão do Conselho, né, na tela, tava na missão como nós estamos colocando. Então assim, esse Conselho pode, eventualmente, se manifestar, lembrando qual que é o seu papel fundamental de existência. Então acho que esse é um aspecto que é importante. Então cumprimentando pela realização de debates, queria salientar 2 coisas: pra esse já foi, não pode mais. Mas eu queria salientar algumas questões. Quando a gente participa de um evento que é pra discutir, é importante ter posições diferentes, infelizmente nós não tivemos lá, né. Se a gente pegar aquela lista das pessoas, quase que foi consenso todas as posições. Então eu acho que era importante a gente ter posições diferentes do que tavam sendo colocadas, sabe, quem é a favor, quem é contra, eu não vi que ninguém lá da mesa, pelo menos, ninguém disse que era a favor, não vi, um de todos. Então assim, quando a gente se propõe a fazer um debate é importante que a gente já ouça os dois lados. Infelizmente, dos nomes que tiveram presentes, eu não vi nenhum defender, nenhum. Então assim, acho que não, eu não vi nenhum defender ali, só criticar. Então acho que era importante ter uma visão, pelo menos contrária ao que estão que falando. Posso falar? Então tá bom. Então assim, eu acho importante ter algum nome que até ponha a posição... o bom de um debate é que tivesse equiparado: "Olha, esses estão favoráveis e esses são contra", e cada um fala pra gente poder... então essa é uma questão que queria salientar, que eu não vi isso acontecer. Se a gente vai participar, acho que por pelo menos os próximos, era importante que a gente tivesse isso. Segundo e o último, como eu comecei apontando: isso tem um Conselho de Arquitetura e Urbanista. Nós somos arquitetos e urbanistas. Então na minha modesta visão, se nós vamos fazer um debate na nossa organização, na nossa Sede, a maioria podia ser arquiteto. É ou não é? No mínimo, tá certo. Podemos ter pessoas que possam contribuir com a visão do arquiteto, mas acho que o mínimo que a gente teria que fazer na nossa Sede, é ter a maioria arquiteto. Eram 3 não arquitetos e 1 arquiteto. Então eu acho que isso era importante a gente salientar pras próximas vezes que a gente vier participar, vamos pelo menos aqui ter uma visão específica, as outras entidades eu acho que são outras questões que não cabem aqui a gente discutir. Mas se a gente for fazer um debate aqui no nosso Conselho, que é um

Conselho de Arquitetos Urbanistas que legisla sobre a profissão, regula a profissão, que a gente tenha pelo menos a maioria dos profissionais arquitetos. Era só isso. Obrigado. Presidente.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Bom, eu sou a última acho, que fala. A ideia era a gente poder deliberar algum encaminhamento. Acho que também é ruim que a gente tenha feito o debate e não tenha nada que saia, que se extraia dele, né. Como eu disse, assim, a coisa do posicionamento é um caminho. E aí, Samira, eu concordo com você. Me parece que junho é tarde demais assim, para posicionamento. Aí eu falei junho porque tinha essa previsão de retorno às comissões, né, então tem um fluxo aí. Infelizmente, a gente teve as relatorias sistematizadas, segunda, segunda-feira.

F6 - O último foi dia 9.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - E aí a teria aí uns 10 dias pra...

F6 - A gente teria 10 dias pra todas as relatorias.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - É. Uns 10 dias pra poder organizar. Tá. Então a gente pode, eventualmente, fazer disso um material de plenária e aí a gente, é esse o risco, né, o risco é da gente perder o controle sobre as posições que serão tomadas, né. E aí pode ficar pior pra gente. Então esse é um risco que a gente tá avaliando aqui em conjunto. E eu acho que também há outras ações, eu até disse isso em uma das mesas, né, que eu achava que assim, o posicionamento ele é importante, mas ele em geral, ele é um posicionamento e só, ele é pouco efetivo, né. Mas a gente tem outras ações que a gente pode fazer e essas, eu acho que me parecem que são sim mais efetivas, e a gente não precisa necessariamente passar pelo plenário, que era, por exemplo, acionar o governo do estado sobre a falta de transparência, né, isso é fato, né. Todo mundo que tentou obter qualquer que tenha sido o documento, não teve acesso. Então a gente poderia, né, oficial o governo do estado e exigir o cumprimento da transparência, enfim. O que mais? Esse tipo de coisa a gente pode fazer, né, a gente pode se aproximar Ministério Público, da Defensoria, que já foram acionados por outros grupos. A gente pode ser, né, mais incisivo desse jeito, né, então são encaminhamentos que a gente pode traçar a partir aqui do Conselho-Diretor, se a gente tiver à vontade em fazer isso. Só o posicionamento mesmo, que esse sim, a gente precisaria costurar com

o plenário. Também fiquei um pouco assustada com as falas em plenário, né, houveram Conselheiros que se colocaram de maneira é... no momento do debate, não teve ninguém na mesa falando contra, acho que teve bastante fala neutra, né, mas no debate, principalmente Conselheiros, se colocaram de maneira, não sei, o adjetivo que eu uso. Mas, enfim, é isso que nos espera em plenário e tudo bem, a gente pode resolver encarar isso também, né. Então eu tô aqui tentando fazer uma fala assim de encaminhamento, né, de que maneira, se a gente delibera? Qual tipo de encaminhamento? Se a gente coloca esse material à disposição do plenário já? Se a gente faz esse retorno às comissões, fórum, de que foi a proposta inicial, né? Comissões, fórum e depois plenário. Mas aí necessariamente é junho. E se a gente poderia já tirar algum tipo de ação que não envolva o plenário, por exemplo, exigência de transparência e de participação. Que são as duas coisas que foram muito ditas... tô ouvindo vocês, estão falando a mesma coisa, isso aparece no documento sistematizado, né, a falta de transparência e a falta de participação, sobretudo da população atingida. Então são 2 ações que a gente poderia cobrar, cobrar a partir de envio de ofícios, né, publicamente. Isso a gente poderia fazer. Não me parece que teria algum problema em fazer isso, porque este fato é um fato, né. Então é isso, a Samira pediu a palavra. Por favor, Samira.

F6 - Depois Paula. Mais alguém?

Sra. Samira – Pedi só pra abrir de novo, desculpa. Mas assim, eu entendo as dificuldades políticas de uma plenária, mas eu acho muito difícil uma plenária votar contra, por exemplo, a gente exigir do governo transparência no processo, a gente exigir atendimento da população local, a gente exigir que tenham estudos técnicos referente à retirada de um terminal de ônibus da importância do Princesa Isabel, a gente exigir que as leis sejam respeitados, então sejam criados Conselhos-Gestor. Então acho que tem muitos pontos que foram levantados e que eles são, acho que assim, dificilmente algum arquiteto vai falar que é contra o atendimento habitacional de uma população removida, se não a gente realmente vamos largar essa gestão porque eu não quero estar no meio desse grupo. Então assim, eu acho que tem coisas que são muito ponto certo de que todo mundo concorda. Eu acho que, por exemplo, um ponto que ele é muito questionável, é muito assim, eu acho que uma discussão mais difícil que é o que o Concurso ser executado ou não. Isso acho que entra num ponto muito delicado e que

eu acho que não é a discussão aqui mesmo, acho que a gente tá discutindo é a forma como esse projeto tá sendo feito e que isso tá atingindo e em muito, o trabalho dos arquitetos urbanistas e vai muito contra o que a gente discute. Então eu acho plenária de junho muito longe pra esse debate assim. Plenária de junho, esse assunto já virou outra coisa, gente, é até capaz de terem impugnado o Concurso como tão tentando. Então eu proporia da gente levar isso sim pra essa plenária, a gente conversa, a gente alinha isso, mas que sejam pontos que são obviamente aceito por todo mundo que vá estar lá assim ou quase todo mundo; Mas que uma... mas que a gente apre(descontinuidade)... não precisa ser 100%, porque a gente só precisa 50% mais 1. Mas que 50% mais 1 topa assim. Que eu acho que a gente pode até levantar, acho que muito foi do que a Camila apresentou do relato assim, que eu acho tá muito ligado a estudos técnicos, transparência, atendimento da população. Então eu acho que existe um consenso, né, Conselho-Gestor de ZEIS, essas questões. Enfim, a minha proposta é só que a gente realmente leve pra plenária de maio.

Sra. Paula - Eu concordo com a Samira. Eu acho que a gente precisa... eu acho que o material que foi produzido, ele precisa virar um material divulgado, acho que essa é a primeira coisa assim. O que foi debatido precisa ser material na mão dos Conselheiros, das Comissões, do governo do estado, eu acho que isso precisa ser publicado. E isso foi até uma sugestão da presidente do IAB, da Raquel, da gente fazer uma publicaçãozinha, que é o registro do debate. Eu acho que o registro do debate, uma publicação que é o debate, eu acho que a gente precisa fazer. E essa publicação tem que cair na mão do Governador. Um, dois. Dois é a posição do plenário do CAU, né. Eu acho que independente da posição do plenário do CAU, a gente precisa ter o registro do debate, a publicação do debate e o debate na mesa do governo. Eu acho que isso independe de ser uma posição do CAU em plenário, eu acho que isso é separado. A outra coisa que eu acho que sim, porque não já agora mandar esse material pros Conselheiros e fazer uma extra pauta nessa plenária? Só que eu acho que tem que disponibilizar o material completo, né, o total do material, como uma proposta de publicação, assim como o IAB, eu acredito que ele tenha esse desejo, né. Então, inclusive pra deliberar se a gente vai publicar isso, né, da forma que a gente vai publicar, se a gente vai buscar essa parceria com o IAB pra publicar isso? Afinal de contas, fizemos com eles, né. Então o debate virar

um material de publicação, de registro do debate, que tem que estar na mesa de todo mundo: do governador, do IAB, do Conselheiro, da Comissão, isso é uma coisa. A outra coisa é a posição do CAU no plenário. E aí sim, a gente pode fazer uma deliberação, como uma síntese, a partir dessas ideias, né. E aí sair... e por que não, né, Sa, acho que se a gente conseguir mandar o material pros Conselheiros, não vejo porque a gente não conseguir essa plenária?

F6 - A gente tá sistematizando aqui as falas de vocês e vai pôr pra gente debater e votar. Vivi.

Sra. Viviane - Acho que é legal pra posteriori, né, também, além da gente estar discutindo esse Concurso, a gente começar a debater Concurso, né. Como eles são elaborados? Quem faz? Como que o CAU pode atuar? Concordo com o Gilberto quando ele fala: "Pô, na mesa não tinha o contraditório". Não tinha o contraditório, mas na plateia tinha. Porque a plateia, no primeiro dia que era a grande discussão, né, inicial, tinha lá e algumas pessoas se posicionaram. Além do que, o debate foi divulgado nas redes e as pessoas poderiam ir, e as pessoas também não foram. Então o contraditório talvez na mesa a gente tivesse mesmo que colocar, né, porque é sempre bom. Debate é assim, né, o favor e o contra. Mas na assistência a gente tinha pessoas a favor e pessoas contra, enfim. E assim, a preocupação é exatamente isso, né, se a gente tá debatendo levar arquitetura pra todo mundo, a gente tem alguns eixos aí que a gente podia trabalhar, né. Então cobrar transparência, apoiar a população, pra que os outros Concursos não venha o projeto pronto. Porque eu, pessoalmente olhando o desenho ali, até a arquitetura tá pronta daquele Concurso, né. Se você olhar o vídeo... que o poder público, ele tem mania de fazer isso, né, ele já coloca e já diz que vai ser daquele jeito. Então tem volumetria, tem gente andando, tem um videozinho, tal. Então assim, se você olhar aquilo como um leigo, por exemplo, o projeto tá dado, né. Você olha aquilo como leigo, o projeto tá dado. Então assim, como é que esses Concursos são divulgados? De onde eles vêm? De onde eles partem? Qual é a demanda, né? Talvez o Conselho possa trabalhar nesse sentido também, né, cobrar inclusive que o poder público comece a apresentar, como o CAU Amapá fez junto ao governo do Amapá, essa coisa de projetos públicos, não só pra grandes projetos, mas pra pequenos projetos, né, enfim. É isso.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Então assim, a gente tá aqui tentando organizar as falas, né. Então a gente deliberaria divulgar esse material do ciclo de debates produzido a partir das relatorias, para todos os Conselheiros e Comissões; e enviar às instâncias envolvidas no Concurso e PPP, por exemplo, ao júri do Concurso, por exemplo, né, às instâncias envolvidas nesse processo tanto do Concurso, como da PPP, que é o registro do debate e é o registro da participação de vários entes, né, de alguma forma relacionados com a temática. Depois, solicitar ao governo do estado participação, transparência e publicização no processo dos documentos e relatórios de impacto; e que seja respeitado os direitos da população local. Acho que são 2 coisas, né, uma coisa é solicitar a participação, transparência e publicização. Nati, ajuda. Isso. Estudos e relatórios. Estudos e relatórios de impacto.

F7 - Olha, eu acho que “participação”, você tem que falar o que é “participação”, porque eles vão falar: “Ah, a gente tem um representante aqui no Conselho-Gestor”. Isso não é participação. Então sei lá o quê. “Participação social, como está se dando os instrumentos de participação”. Porque é justamente isso que tá sendo criticado, né, que a participação não acontece, não porque não tem um representante, porque as pessoas não estão sendo ouvidas mesmo. Então instrumen(descontinuidade)... quais são, enfim. Quais são os instrumentos utilizados para a participação popular.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - No documento que será enviado.

F7 - Ah, sim.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Isso. O que é o item. Isso.

F7 - Então, eu só não entendi por que que separa em dois. Porque uma coisa não leva à outra?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Outra coisa.

F7 - Não é levar o documento e botar na mesa dele e falar: “Ó, a gente quer isso”. Não é a mesma coisa?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Do ciclo. Do ciclo. “E com as instâncias envolvidas no Concurso e PPP”. É. Outra coisa é solicitar, reivindicar, em conjunto... a participação social, a transparência. Isso. Sim.

F8 - Eu não sei se cabe aí na deliberação, mas talvez assim o momento de abrir o Conselho para que a comunidade fale dentro do espaço do Conselho, eu acho que é importante. Talvez devesse estar na deliberação e no material produzido, porque faz parte da nossa valorização profissional também que a sociedade nos conheça. E ela vai conhecer à medida em que a gente permite que eles cheguem perto da gente. Então não sei se isso cabe na deliberação?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Eu acho que sim. Então assim, tudo o que a gente for fazer, precisa estar respaldado nesse processo de relatoria e sistematização do que foi o debate. Então se a gente vai falar, solicitar ao governo a participação, a transparência, com base... isso. Tá. A gente não tá inventando. Conforme os pontos principais sistematizados a partir da relatoria dos debates.

Sr. Gilberto - É importante quando citar isso, os dias que ocorreram os debates e os participantes.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Isso. É. Eu acho que sim.

Sr. Gilberto – Eu acho que é importante citar tudo isso.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - É o que embasa.

F9 - E a gente apresentar esse registro. Acho que isso, mais do que... acho que mais do que o CAU tomar uma posição para sim ou não, é a gente pegar esse debate, publicizar esse debate, entregar esse debate no colo das instâncias todas, falar: “Oh isto foi realizado e isto apontou pra isso, isso, isso”, né. Acho que é a coisa mais impor(descontinuidade)...

F10 - A gente foi meio construindo aqui um pouco, só um pouco diferente. Que pensando que o primeiro seria essa questão de divulgar, né, essa relatoria, internamente e externamente. Um segundo seria a solicitação de participação e transparência, e aí até tiraria essa questão dos pontos principais do ciclo e mesmo ali em baixo a questão dos direitos da população local. Porque aí um terceiro seria a gente, como Conselho, atuar defendendo, aí esses pontos, que são esses pontos que a gente levantou no ciclo de debates, e isso na elaboração da PPP, no processo.

F9 - Tipo: “Nós do CAU entendemos que tal, tal, tal, assunto nós vamos defender e”...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Para o processo da PPP.

F9 - Então é: o primeiro é divulgar, o segundo é solicitar ao governo conforme o que foi apontado no debate. E o terceiro é a atuação do CAU, a postura do CAU em relação a isso.

F10 - Eu até tiraria a coisa dos pontos do ciclo, que ali eu acho que a gente solicitar informação e transparência, que é uma questão que não tem. Sim, sem posicionamento, né, a gente tá...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - A gente pode até ter num documento dizendo que o CAU/SP promoveu o ciclo de debates com base... a gente solicita ou reivindica.

F10 - Isso. E aí o terceiro seria isso, a gente defender os pontos principais do ciclo de debate. E aí eu acho que pra plenária, aí podia... acho que como deliberação que eu acho que estaria OK já, e aí pra plenária, eu acho que faria uma apresentação dos pontos, né.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Eu acho que são 3 documentos pra gente levar pro plenário. Um primeiro documento que é esse de encaminhamento interno.

F10 - Sim.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - E aí eu não sei se a gente tira: “enviar às instâncias envolvidas no Concurso e na PPP”, se isso não é um outro item junto do item 2, entendeu. Porque o primeiro a gente tá falando internamente; o segundo, a gente tá falando com o governo do estado e com as instâncias envolvidas no Concurso e na PPP; e o terceiro, a gente tá falando com a sociedade. Então são 3 frentes de ação, entendeu. Exato. Exato. Exato. Então isso pode surtir uma reunião, onde a gente participe e apresente as questões. Ou pode ser só um envio de ofício. Depende de como a frente vai se desenvolver. Mas assim eu acho que a gente contempla, né, internamente, o governo do estado e as instâncias envolvidas no Concurso e na PPP e a sociedade, eu acho que aí fica bom, tudo bem. Podemos votar, gente, essa deliberação? Posso ler. “Conselho-Diretor do CAU/SP, reunido ordinariamente São Paulo na Sede do CAU/SP, no dia 21 de maio de 24, no uso das competências que lhe conferem os artigos 184 a 186, do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe e,

considerando o artigo 186, inciso I, do Regimento Interno do CAU/SP, que dispõe sobre a competência do Conselho-Diretor de apreciar e deliberar sobre matérias de caráter legislativo, normativo ou contencioso, em tramitação nos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito de sua jurisdição para envio à presidência, podendo também ser encaminhados para apreciação e deliberação de comissões pertinentes ou do plenário. Considerando as recentes políticas, projetos e programas anunciados pelo governo estadual para requalificação da área central, em especial a intenção de reorganização da esfera administrativa por meio de Concurso de projeto para orientar a construção de novo complexo do centro administrativo do governo do Estado de São Paulo, na região dos Campos Elíseos, no centro da capital paulistana. Considerando o momento de formulação da PPP Campos Elíseos - Polo Administrativo que irá utilizar os resultados do Concurso público para a modelagem da concessão administrativa, para a realização das obras, gestão, operação e manutenção da estrutura administrativa. Considerando a PPP habitacional do governo do Estado, que visa promover a construção de unidades habitacionais também na região central de São Paulo. Considerando o papel do Conselho dos Arquitetos e Urbanistas por zelar tanto pelo projeto, como a figura dos arquitetos em grandes projetos, além de discutir a produção da cidade enquanto estratégia de construção de um futuro mais justo e sustentável e especialmente o papel contemporâneo dos centros urbanos. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, realizou em colaboração com o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo, o ciclo de debates, projetos e planos em áreas centrais: cultura, moradia e os desafios da arquitetura e do urbanismo para uma cidade justa e sustentável. Esse ciclo de debates entre os dias 30/04 e 09/05 contou com uma grande pluralidade de convidados para garantir uma ampla gama de perspectivas e críticas sobre a importância de articulação de diversas políticas públicas no território, o Concurso e a respectiva PPP. Entre os convidados estavam presentes os setores acadêmico, privado, sociedade civil, movimentos, entre outros. Nesse sentido, haja vista a importância sobreposição de iniciativas com relação direta à atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo neste momento, este Conselho pretende avaliar como contribuir e qualificar este processo de debate público”. Acho que esse último parágrafo... porque justamente já é a deliberação, né. Então eu acho que podia pôr antes ali do penúltimo: “Considerando que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo realizou”... no parágrafo anterior, André.

Você pode só pôr... isso. Exato. Aí sobe esse. Aí ó, já é o parágrafo seguinte. Isso. Exato. Pronto. E aí depois, que esse ciclo... “Considerando que esse ciclo de debates entre os dias 30 e 04”, tá. E aí delibera: “1: divulgar o material produzido, o material sistematizado de relatoria pra conselheiros e comissões do CAU/SP. 2: solicitar ao governo do Estado de São Paulo a participação, transparência e publicização dos documentos de estudo e relatórios de impacto e envio”. É, para envio. Não, e envio, né, e enviar os resultados, tá certo. Tá certo. Pode ser. É. Começa o item 2. É. Comece o item 2...

F10 - “Enviar os resultados do ciclo de debates ao governo do Estado de São Paulo e solicitar”.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Isso. Perfeito.

F10 - E já arruma ali em cima conselheiros/as também.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - E o 3 é: “atuar defendendo os pontos principais do ciclo de debates, e que seja”... aí eu acho que podia só pôr os pontos principais do ciclo de debates. É, eu acho que sim. Eu acho que tiraria, porque a gente tá dizendo atuar, defendendo os pontos principais do ciclo. Não precisa pôr os direitos da população local. É. Isso. Tá. Por que? Porque senão a gente tem que, de fato, olhar todo o documento, ver todos os pontos, não é só o direito da população, né. Tá.

Sr. Gilberto – Tem só que corrigir o finzinho do 2.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Eu vou ler de novo. Pessoal, ó, eu vou ler de novo os 3 pontos de deliberação e aí a gente volta, tá. Então: “1: divulgar o material sistematizado de relatoria”, acho que tem que pôr “do ciclo de debates pra conselheiros/as e comissões do CAU/SP. 2: enviar os resultados do ciclo de debates às instâncias envolvidas no Concurso e da PPP, e solicitaram ao governo do Estado de São Paulo a participação social, transparência e publicização dos documentos de estudo e relatórios de impacto. 3: atuar defendendo os pontos principais do ciclo de debates”. Tudo bem? Aí a gente vai encaminhar isso. Então a proposta é de encaminhar ao plenário ou a gente atua, a partir do Conselho-Diretor a gente já começa a promover. Já nos... como que a gente organizou. Tudo bem? A gente faz um documento.

F11 - Então só pra sistematizar. Então irá como extra pauta, como atualização e aí...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Eu tô pondo aqui pra gente decidir. A gente vai mandar para o plenário ou a gente vai atuar a partir da deliberação do Conselho-Diretor? São 2 caminhos possíveis. Se a gente for enviar para o plenário, tem um item 4 aí que é encaminhar...

Sr. Gilberto – Eu queria fazer uma sugestão, presidente. Eu acho que a gente deve discutir ainda no Conselho-Diretor pelo seguinte, a próxima plenária está marcada pra uma data diferente do que tinha sido agendada desde o começo do ano. E eu tenho receio que um número bastante grande de colegas conselheiros que já tenham compromisso anterior marcado, eu pessoalmente não posso vir, já justifico a minha ausência, como outros, não tinham essa agenda marcada. Então pra evitar que muitos conselheiros titulares não possam participar, que não seja marcada pra essa próxima plenária. Se a gente for discutir, que seja numa próxima, numa agenda que já tinha sido compromissada por todos, desde o começo do ano. É só isso que eu queria fazer de observação.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Mas aí a gente vai para a plenária de junho e, na verdade, essa plenária na quarta, ela já tinha sido acordada em janeiro, né, ela já tava prevista, não foi uma coisa de última hora. Então é por causa do feriado, né, então não sei, de novo eu vou repetir aqui o encaminhamento ou a gente...

Sra. Paula - Eu acho que o item 1 e 2, a gente aprova aqui, não precisa de plenário. Mas o 3 precisa. O três, se a gente for atuar, se o CAU/SP for atuar, no sentido, é um posicionamento do plenário. Agora o item 1 e 2, eu não vejo porque precise ir pro plenário, que é a divulgação do debate, né, solicitação de resultados, enfim, transparência. Acho que não é um posicionamento do plenário, né. Eu acho que o item 3 é levar para plenário... eu acho que isso é uma deliberação nossa do CD, e o item 3 é: levar a plenário a proposta...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Os pontos de apreensão.

Sra. Paula - Exatamente.

Sr. Gilberto - Então eu queria sugerir dessa maneira como a Paula falou, que se a gente aprovasse o 1 e o 2, e o 3 a gente desse aqui no encaminhamento que através das próprias comissões e depois até alcançar o plenário, pra que tivesse ampla discussão. Se

a gente quer fazer uma discussão, que isso daí, já vamos se manifestar especificamente com relação ao item 1 e 2, e o terceiro a gente faz um processo democrático que passa pelas comissões, que passa por tudo, pra depois chegar no plenário.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - “Encaminhar”, “levar” é ruim. “Encaminhar ao plenário os principais pontos do ciclo de debate”. “Encaminhar ao plenário a proposta de defesa dos principais pontos do ciclo de debates”. Tudo bem? Aí o 1 e o 2, a gente, a partir da deliberação do Conselho-Diretor, a gente tem condições de dar encaminhamento.

Sr. Rafael - Presidente, só uma pergunta. A gente já tem sistematizado esses principais pontos dos ciclos de debate?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Tem. A gente acabou de apresentar.

Sr. Rafael - Então, é porque é isso assim, eu queria, é a provocação de sentir assim, a gente, o CD sabe e tem consenso quais são os principais pontos do ciclo de debates pra levar ao plenário? É isso que eu tô perguntando.

Sr. Gilberto – Por isso que eu sugeri... por isso que é exatamente nessa linha que eu sugeri que fosse um processo mais lento, que se fosse transmitido a todos os conselheiros através das comissões, até chegar ao plenário. A gente aqui aprovar, sem saber direito todos exatamente o ponto, eu acho que também que é muito atropelo.

Sr. Rafael - É nesse sentido que eu perguntei. Saber se a gente aqui tem consenso, conhecimento, domínio dos principais pontos do ciclo de debates, porque ao levar ao plenário, se a gente vai fazer uma proposta de defesa deles, a gente tem que defendê-los e a gente precisa saber quais são.

Sra. Paula - Então, oh Rafa, esses pontos estão no material. Eu acho que assim, o material vai para plenário e a gente vai decidir no plenário a defesa dos pontos principais do material. O material ele pode ser interpretado e tirado 5, 10 pontos, a gente vai ler o material e cada um aqui tem uma interpretação, a gente vai chegar lá com pontos para serem votados. Vamos defender isso ou não vamos defender isso?

Sr. Rafael – Então, mas a gente vai debater pra escolher quais são os principais pontos? Que ali a gente tá defendendo os principais pontos, eu não sei quais são. Todo mundo tem domínio de quais eles são?

Sra. Paula - É só trocar a palavra “defesa” por “atuação”.

Sr. Rafael – Paula, eu tô querendo dizer o seguinte, que, se a gente vai levar ao plenário, esse Conselho-Diretor tem que ter um consenso do que a gente vai defender. Ali é a instância política máxima do Conselho, às vezes a gente acha que ela é mais técnica que política, e não. Eu gostaria que a gente tivesse a segurança de compreender em grupo, quais são os principais pontos do ciclo de debates que nós, que estamos propondo que isso vá ao plenário, seja defendido. Se não, pode, o resultado pode ser pior do que o que a gente tá pensando aqui. Pior do que não ter posição.

Sra. Samira - Eu sugeriria da gente voltar lá nos pontos que foram apresentados, porque eu acho que eles são bem simples de selecionar e eu realmente acho que vai ser muito difícil alguém defender um ponto contra, por exemplo, ter um processo participativo, ter transparência no processo, ter atendimento habitacional de pessoas removidas. Assim, eu acho que são pontos que são assim, ao mínimo do processo democrático de qualquer legislação urbana.

Sr. Rafael – Mas esses que você tá colocando, Samira, tá certo, eu também concordo. Mas o que tá lá tem muito mais do que isso. É isso que eu tô falando. Só que assim, se a gente for discutir...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - É isso que eu ia falar... é compli(descontinuidade)...

Sr. Gilberto – Eu só queria alertar o seguinte, eu infelizmente vou ter que sair, que eu tenho um compromisso, mas se a gente for discutir ponto por ponto que tá ali, essa reunião vai até às dez horas da noite, essa que é a questão, entendeu. Essa que é a questão.

Sra. Samira – Eu, assim, eu sinceramente diria que seria uma coisa de 5 pontos e bem assim, bem direto assim: atendimento habitacional...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Então, Sa, mas isso tá claro pra você... então isso tá claro pra você, pra mim e pra Amanda, porque a gente participou, entendeu. A gente relatou, a gente participou. Acho que não sei se o Conselho-Diretor tá a par desse documento, desse conteúdo. É isso que o Rafael tá falando. Eu acho complicado a gente agora falar quais são os 5 pontos, da nossa interpretação, né, eu

acho que todo mundo tem que entrar em contato com esse material e a gente vai chegar nos pontos, quando a gente entrar em contato, quando todo mundo entrar em contato com esse material, né. Eu acho, não vejo problema nenhum disso estar no plenário sendo debatido esses pontos. Eu acho que não precisa chegar mastigado, na medida que as pessoas têm acesso a esse material, eu acho difícil as pessoas irem contra. E eu acredito no nosso plenário, entendeu. É isso. Mas eu gostaria que as pessoas lessem o material antes de tomarem, né, as suas posições.

Sra. Samira - E vai uma proposta, eu acho que poderia ir uma proposta pro plenário já, desses pontos. Sei lá.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Ir o material todo pra todo mundo olhar.

Sra. Samira – Ir o material todo e aí a deliberação vai, sei lá, com 5, 6 pontos de defesa já sistematizados e no plenário se discute. Os 3 mais simples. Meu desafio que vocês vão, a plenária, ela tá bastante cheia. E a gente tá tendo o desafio de pautar algumas coisas na plenária que são processos de ética e fiscalização. Então vamos ver e aí a gente.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Não, eu acho que não tem consenso no ponto 3, isso a gente vai ter que...

Sr. Rafael - Eu queria colocar uma outra questão que é que eu comentei aqui. Se a gente vai... eu sou a favor do debate. Eu tô dizendo assim, se a gente vai disponibilizar o material, se a gente vai disponibilizar o material pra todos os conselheiros e aí a gente terá um ponto de pauta sobre quais seriam os principais pontos do ciclo de debates. Então...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Serão defendidos pelo...

Sr. Rafael – Que serão defendidos depois de aprovado. Então assim, o que tá descrito aí é: “encaminhar ao plenário a proposta de defesa dos principais pontos”. Qual é essa proposta, né? Na realidade, a gente não tem. Na realidade, a gente tá discutindo em plenário quais seriam os principais pontos, pra decidir em plenário quais são os principais pontos, e aí a gente sai com o compromisso de defendê-los quaisquer que eles sejam. Então assim, é... oi? É. Porque, na realidade, se a gente tá falando que a

gente vai defender principais pontos, eles têm que estar definidos inclusive aí, quais são os principais pontos?

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Deveria ser: “encaminhar os resultados do ciclo de debates ao plenário para definição dos principais pontos a serem defendidos pelo CAU/SP”.

Sr. Rafael – Aí a gente constrói.

Sra. Samira – Aí a gente defende cada um o seu ponto entendeu, a gente abre.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Não. Não vai ser assim.

Sra. Samira – É democrático. Vamos abrir pra todo mundo.

Sr. Rafael – Se for abri isso na plenária, nós vamos ficar uma semana, pessoal. Não faça isso.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - “Para definição dos principais pontos que serão defendidos pelo CAU/SP”. É, tudo bem. Você não acredita no plenário?

Sra. Samira – Acredito.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Então.

Sra. Samira – Mas eu acredito na minha defesa também dos pontos. Então é isso, entendeu. A gente tem que acreditar na gente, no todos nós.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Rafael que sabe. Rafael. Pessoal, vamos lá. Vamos tentar fechar esse ponto de pauta? Vamos? Então: “1º: divulgar o material sistematizado internamente; 2º: enviar os resultados às instâncias envolvidas no Concurso e na PPP, e solicitar reivindicar ao governo do estado a participação social, transparência e publicização dos documentos; 3: encaminhar os resultados do ciclo de debates ao plenário para definição dos principais pontos que serão defendidos pelo CAU/SP”. Tudo bem. Você que se vira agora, tá bom. Vamos aprovar então? Mel.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) – CPAF, aprovado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CEF.

Sra. Samira – Aprovado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CED.

Sr. Gilberto – Eu vou aprovar com uma justificativa de voto, porque eu acho que eu tô votando... acho não, estou voltando favoravelmente, pelo processo democrático, mas queria registrar minha discordância da representatividade das mesas dos debates.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Tá bem. Ótimo. Fiscalização.

M6 - Aprovado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CPF.

M7 - Aprovado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CRI.

M8 - Aprovado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Secom, COA.

F12 - Aprovado.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CEP.

M9 - Aprovado, mas com a mesma observação que o Gilberto fez.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Cathis. Então tudo bem? Registrou tudo, André? Agora é o último? Plenária. Então vamos lá. Força são 16 horas, tá ótimo. Show da Paula Lima, com Demônios da Garoa daqui a pouco, aí na frente, aqui nesse palco. Daqui a pouco, 20 minutos. Nunca na história deste Conselho... tá, vamos lá. A gente vê agora. Olha lá. Então a pauta da 5ª Reunião Plenária Ordinária, que vai acontecer na próxima... que que tem essa data aí, tá errada, tá não? Mas não é abril não, gente, é maio. E lembrando que a quarta-feira que é em outro hotel, hein, não vai todo mundo pro hotel errado. É. Então ó, a gente começaria a ordem do dia com os processos, que a gente não conseguiu até o momento dar conta, né, nos plenários. Então 2 processos de ética e 2 processos de exercício profissional ou de fiscalização, tá. É, 2 e 2. Aí a gente, a gente vai ter a homenagem ao Círio Pirondi e isso está previsto pra acontecer por volta de 11h30, por isso que entrou assuntos de interesse geral no meio, tá. Que a ideia era que a gente então desse conta dos processos, a gente faz a homenagem, se der tempo a gente já faz a apresentação do formulário de apoio institucional, que também não é deliberativo, é uma apresentação mais rápida, vai pro almoço ou almoça entre o item A e o item B, de assunto de interesse geral, tá. Depois

retoma com a criação da câmara temática de pessoa jurídica, que a gente já aprovou aqui no Conselho-Diretor, né. Vocês se lembram, já até foi apresentado em plenário, a gente teve um processo de contribuição, né, então isso volta pro plenário. A homologação do resultado do Edital de Chamamento Público nº 2, de 2024, que é o Programa de Qualificação em Políticas Públicas para Arquitetos e Urbanistas, é a residência. Queria só que vocês prestassem atenção aqui, gente, de verdade, tá. Essa homologação ela é necessária, a gente vai fazer a homologação do resultado final que aprovou 6 candidatos, é isso, né, da residência de 30 vagas. O que que a gente vai fazer com isso? A gente vai reabrir vagas remanescentes, é quase que um repeteco do processo para as vagas remanescentes, tá. A gente não pode alterar critério, a gente não pode alterar o edital, mas a gente pode ter um outro tipo de procedimento, estar mais mais próximo de quem se inscrever, então a gente tá traçando algumas estratégias porque tiveram coisas do tipo: dos cento e não sei quantos se inscreveram, metade foi cortado porque não assinou um documento. Então talvez a gente possa, antes de eliminar, né, o candidato, a gente possa ter a nossa equipe lembrando de assinar, de entregar um documento que faltou, isso é muito comum, pra quem presta Concurso público não é um problema fazer isso, né, enfim. A gente faria esse novo procedimento de seleção, tá, mas homologando o resultado de quem percorreu todo o processo. Tô falando isso pra vocês por que? É um projeto piloto, né, o fato de termos tido 6 aprovados dentre tantos que foram inscritos, é um problema, nos coloca lições, né, nos coloca aprendizados. Então a ideia é que a gente faça uma apresentação, quase como um balanço do processo que a gente já executou, apontando erros, acertos, né, que isso faz parte do piloto, inclusive, tem previsão de acontecer em plenário. Sendo um piloto, a SEF é quem monitora, vamos dizer assim, o processo todo. Mas é o plenário quem precisa de tempos em tempos receber notícias do processo. Então a gente faria um primeiro balanço junto ao plenário, contando todo esse procedimento, até pra justificar porque que vão aparecer só 6 dentre tantos inscritos e justificar a reabertura do edital. Mas o objeto de deliberação é a homologação do resultado, tá. Então esse ponto de pauta, ele vai vir precedido de uma apresentação do balanço do processo todo e a homologação, tá. Depois a gente tem a prorrogação da Comissão Temporária de Acompanhamento do Projeto da Sede. Essa comissão ela já tá desde o ano passado acompanhando todo o processo do Concurso, o recebimento dos projetos executivos e

nesse momento ela precisa ser prorrogada porque os projetos estão em fase de aprovação, ele não foi aprovado em algumas instâncias, a comissão precisa seguir acompanhando esse procedimento, então a gente vai prorrogá-lo. E o calendário de reuniões 2024 são 2 alterações muito pontuais, uma da CPAF, e a outra? São alterações, não é do calendário anual, mas é de uma outra reunião em função dessas várias agendas paralelas que a gente tem tido. Então são pontos mais rápidos. E agora como um ponto 7, a gente teria essa defesa do, enfim, isso que nós acabamos de deliberar sobre o ciclo de debates. Põe ciclo de debates... acho que é melhor assim. Aí põe o título do ciclo de debates, acho que fica melhor. Então era isso que a gente tava prevendo pra próxima quarta-feira, tá. Mas a gente começa com os processos, porque se não o povo... fala, Mel.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) - Oh Carol, só desce um pouquinho pra mim. Eu queria ver os processos, eu queria não... tem algum meu? Ai, tem, né.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Tem, tem o da ética, tem da conselheira Alda e da conselheira Márcia Mallet, e de fiscalização é do Adriano Pita e da Andreia.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) – É, então, esse aí eu fui indagada na plenária e eu não sei se a senhora conseguiu ver...

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - É verdade.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) – Ver essa questão da dessa indagação que um conselheiro me fez na plenária. E a outra coisa que eu ia pedir, se dá pra subir, deixar eu... primeiro como eu vou estar na mesa, e aí eu já faço, aí eu já desço, aí já fica o outro pra inverter as ordens ali do processo.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - A inversão eu acho que não tem problema nenhum, faz primeiro os de fiscalização e depois os da ética. Mas a talvez a gente tivesse que encaminhar, Marcelo Montoro fez um questionamento a respeito do procedimento. De acordo com a Resolução 98, ele entende que o recurso precisa voltar pra CEP, pra depois ir pro plenário. O que eu acho muito estranho, uma vez que já está em fase recursal no plenário, né. O relatório que foi feito.

F13 - Então, é que eu fiz a relatoria e na parte de baixo da relatoria, eu tive ajuda da equipe da CEP, que é a questão das multas da... e aí... isso. E aí eu como segunda relatora, ele fala que eu não posso aplicar as finalidades, né.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Não, aí foi um problema. Acho que é melhor. Ele fala 2 coisas, é o artigo 66 do Regimento Interno, que pra ele... primeiro que os procedimentos de processo não é o Regimento Interno, tem Resolução própria, né, mas enfim. Ele fala do artigo 66 e ele diz que a relatoria foi feita... não, ele tá dizendo assim: aquilo que foi... o pedido de recurso não foi aquilo que houve revisão da sanção e tal, que não foi esse o pedido de recurso. Então a relatoria teria avançado sobre aspectos que não foram nem mencionados no recurso, entendeu. Mas eu acho que vale olhar. Não, acho que a gente não tira, deixa, mas já faz esse encaminhamento, por favor, Carol. Não vamos esquecer de encaminhar tanto os 2 de fiscalização, pro jurídico olhar o procedimento se tá correto. Sim, manda por e-mail já. Me copia porque aí eu posso responder o e-mail informando esse número do artigo, que que o Marcelo falou. Tá bom. Tá. Então ficaria, de novo: 1: processo de fiscalização; 2: processo de ética, aí a gente faz os 2 assuntos de interesse geral, a homenagem ao arquiteto Ciro Pirondi e a apresentação do formulário de apoio institucional, e depois do almoço segue com a ordem do dia, a criação da câmara temática; homologação da residência; prorrogação da Comissão Temporária; e o calendário e o ciclo de debates. Tá. Tudo bem? Tá cheia de novo, né. Isso. É, e aí eu vou pedir, a gente vai fazer o reforço com os conselheiros pra que todos cheguem na hora e a gente possa estabelecer o quórum o mais rápido possível, inclusive porque é pré-feriado, então se a gente consegue fazer as coisas em tempo, é melhor. Tudo bem? O que? Não, não é agora, é depois. Tudo bem. Tá todo mundo de acordo com a pauta, gente? Podemos aprová-la? Sim? CPAF, CEF.

M10 - Sim.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Ética.

F14 - Sim.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CPFI.

M7 - Sim.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - Ética não, porque o (inint 2:15:48) não pode.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) – CPAF, sim.

M6 - Eu voto pela Fiscalização.

Sra. Melyssa Santos (Representante do CPAF) – CPAF, OK.

Sra. Camila Camargo (Presidente do Conselho) - CPAF OK. COA, Cathis. Secom, é a Paula. Tudo certo. Tudo bem.

[Fim da gravação]

FINAL